



Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Sociais  
Departamento de Antropologia

Leilane Reboredo de Castro

**Nosso Futuro Comum:**  
Um olhar antropológico sobre o Desenvolvimento Sustentável

Brasília – DF  
Julho de 2023

Leilane Reboredo de Castro

**Nosso Futuro Comum:  
Um olhar antropológico sobre o desenvolvimento sustentável**

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Antropologia.  
Orientador: Doutor, Yago Quiñones Triana

Brasília – DF  
Julho de 2023

LEILANE REBOREDO DE CASTRO

**Nosso futuro comum:  
Um olhar antropológico sobre o desenvolvimento  
sustentável**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília do  
(a) aluno (a)

**Leilane Reboredo de Castro**

Doutor, Yago Quiñones Triana  
Professor-Orientador

Doutora, Doris Aleida Villamizar Sayago  
Professora-Examinadora

Brasília, 26 de Julho de 2023

## AGRADECIMENTOS

*Este trabalho faz parte da minha história, e conta um pouco dela. Por isso, agradeço a quem esteve comigo nessa trajetória. Esse é produto de meus incômodos e da minha escrita, mas é também coletivo. Muitos fizeram esse trabalho existir.*

*Às minhas famílias,*

*À família do Rio de Janeiro - Meu pai Roosevelt, minha mãe Leide, minha vovó Zilda e vovó Líria e Flora - por me apoiarem antes e durante a graduação, sempre acreditando em mim, mesmo com os altos e baixos do desafio de morar em Brasília. E à Alba, Eduardo e Matias por me acolherem e me dar uma nova família em Brasília.*

*Ao Matias, por me ensinar tanto, me emprestar seus ouvidos para minhas reflexões e dedicar seu tempo à uma leitura atenta e com muitos feedbacks.*

*Aos professores e professoras da UnB,*

*Especialmente ao Yago Quiñones, meu professor e orientador, por me trazer tantas reflexões, ensinamentos e apoio; Sendo meu mentor dessa jornada; Agradeço muito à sua orientação cuidadosa que permitiu que eu não surtasse.*

*À Juliana Rochet, pela orientação tão afetuosa na Iniciação Científica. Por sua compreensão e cuidado. Onde pude perceber o cotidiano, o corpo, a pele, e as manualidades como parte da pesquisa.*

*À Doris Sayago, antropóloga, professora do Centro de Desenvolvimento Sustentável, pela escuta à proposta do meu TCC e por aceitar compor a banca.*

*Aos demais professores do DAN por me proporcionar tantas descobertas e apoiar na construção do meu olhar.*

*Aos professores não formais,*

*Krenak, Ingold, Kopenawa, Sachs, Escobar e Descola, que me proporcionaram muitos ensinamentos que foram a base desta pesquisa.*

*Ao meu Time na Organização que realizei o campo dessa pesquisa,*

*Em especial ao Matias, Babi, Jenny, Leo, Mary, Michelle, Lari, Martins, Caio, Felipe e Mateus. Vocês me fizeram crescer demais ao longo dessa experiência de gestão e liderança.*

*Às minhas amigas e amigos,*

*Amigas que tiveram comigo desde o começo da graduação - Gabi, Anita, Robs, Geo, Ceci e Ana.*

*Amigos que fizeram Brasília ser tão especial.*

*Amigos do Rio que sempre esperam meu retorno de braços abertos.*

*Amigos, que compreenderam quando tive que me afastar por alguns - vários - momentos para tornar este, e outros, trabalhos possíveis. Obrigada por olharem por mim.*

*Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade e nos alienamos desse organismo de que somos parte, a Terra, passando a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo que exista algo que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza. (Krenak, 2019, p. 10)*

## RESUMO

Este trabalho é uma autoetnografia movida por incômodos que partiram da atuação com projetos de impacto social, ambiental e econômico para o Desenvolvimento Sustentável (DS). O objetivo deste foi lançar um olhar antropológico ao DS, tecendo uma discussão centrada em uma abordagem crítica ao tom evolucionista do desenvolvimento como progresso e à dicotomia natureza-cultura, explorando como essas ideias se inserem na agenda do DS, sendo tratados como universais à humanidade. A análise revela que o DS tem como questão estruturante e transversal o tempo, um tempo que está por vir em uma perspectiva linear, que é vendido com prazo de entrega para 2030, no qual seguimos um caminho repleto de placas de publicidades com selos de folhas verdes, que afirmam que nossas escolhas individuais e voluntárias salvarão o planeta, perpetuando modos de vida que são parte do problema ambiental. Ademais, as considerações finais do trabalho levam rumo à ancestralidade, que é anulada na perspectiva do DS, pois esta rompe com a noção linear de futuro, o que, pode-se supor, representa uma ameaça ao modelo vigente pautado em exploração da vida como recurso. A partir de experiências vividas em campo, pesquisas e leituras foi possível perceber que a antropologia pode contribuir para ampliar a compreensão do DS e das perspectivas de futuro, visto que, nos lembra que não há apenas um caminho e um futuro comum.

Palavras-chave: Antropologia; Desenvolvimento Sustentável; Projetos de Impacto; Natureza-cultura; Futuro.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

DS - Desenvolvimento Sustentável

DAN - Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

UnB - Universidade de Brasília



## SUMÁRIO

<b>1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b>	<b>9</b>
<b>2. PERCURSO VIVENCIAL DE PESQUISA</b>	<b>16</b>
2.1 Sobre o incômodo	16
2.2 A construção do olhar antropológico	17
2.2.1 Minha experiência na graduação	18
2.3 A vivência no desenvolvimento de projetos	24
2.3.1 O campo	25
2.3.2 O Planejamento	33
2.4 Considerações do capítulo	36
<b>3. DA CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS AOS ODS</b>	<b>39</b>
3.1. A era do Desenvolvimento	39
3.1.1 Desenvolvimento e a Organização das Nações Unidas (ONU)	41
3.2. Desenvolvimento Sustentável e a Organização das Nações Unidas (ONU)	43
3.2.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	45
3.3. Considerações do capítulo	49
<b>4. APONTAMENTOS À AGENDA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL A PARTIR DO OLHAR ANTROPOLÓGICO</b>	<b>51</b>
4.1 Desfamiliarizando o Desenvolvimento	53
4.1.1. Desenvolvimento Sustentável enquanto outra forma de consumo	55
4.1.1.1 Sociedade de consumo	58
4.1.1.2 Produção e consumo sustentável	60
4.1.1.3 Capitalismo Verde e decrescimento.	63
4.1.2. O consumo eco não vai salvar o planeta	68
4.2. Evolucionismo e a relação Natureza-cultura no Desenvolvimento Sustentável	69
4.2.1. A Natureza “Bio”	70
4.2.2 . A Natureza como recurso natural	75
4.2.3. Outra Natureza	76
4.2.3. Outro Futuro	79
4.3. Breves considerações de “pra que serve” a antropologia	86
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>88</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>90</b>

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A sociedade enfrenta um colapso, não apenas social, econômico ou institucional, mas também do ambiente que possibilita a vida da espécie humana. Nesse cenário, o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) é frequentemente apresentado como a solução global para lidar com inúmeros problemas. No entanto, esse discurso produzido social e historicamente não é neutro, é uma construção social que reflete uma visão de mundo situada, que pretende ser universal, e que muitas vezes é usada para legitimar práticas econômicas e políticas comprovadamente insustentáveis que negligenciam a diversidade e complexidade dos sistemas naturais e sociais.

A partir da antropologia é possível compreender, a grosso modo, que cada cultura possui suas próprias visões de mundo, valores e práticas, que influenciam como as pessoas se relacionam e compreendem o meio. O DS não é uma exceção a isso, é também uma construção social que reflete as necessidades e desejos das sociedades contemporâneas<sup>1</sup>, caracterizado por um tripé que, supostamente, integra as dimensões econômica, social e ambiental<sup>2</sup>. Mas que na prática prioriza o sistema econômico em detrimento do social e ambiental, onde as pessoas são problemas e a natureza recurso. No entanto, o uso do termo muitas vezes justifica a exploração em benefício do capital, para sustentar o sistema, negligenciando os impactos decorrentes.

Investigar o enunciado do DS permite suspender a suposta neutralidade, e apelo salvacionista do termo. Essa “neutralidade” se dá não só pela familiaridade com o termo, mas também uma “neutralidade” a partir de seu vínculo com o saber científico do século XIX que se apresenta como objetivo e neutro, onde basta tempo, recurso e uma metodologia correta que trará respostas exatas e amplamente aplicáveis para resolver qualquer problema “científico”.

---

<sup>1</sup> Caracterizo como sociedades contemporâneas aquelas situadas em um contexto histórico atual marcadas pela globalização, alto incremento tecnológico, relações de trabalho capitalistas e consumo, ou, como chama Kopenawa (2010), o “povo da mercadoria”.

<sup>2</sup> O que é culturalmente construído nessa sociedade que concebe esses três sistemas como sendo dimensões por um lado isoladas e por outro interdependentes.

Esta pesquisa foi guiada por incômodos e questionamentos antropológicos ao DS que emergiram da experiência etnográfica e da prática antropológica como integrante de uma rede global de estudantes que desenvolvem projetos de impacto positivo<sup>3</sup> em comunidades locais, baseados na Agenda 2030<sup>4</sup> de Desenvolvimento Sustentável. Ao longo da pesquisa percebi que o tema possui muitos desdobramentos e desvios, e acolhi o fato de que não tem como englobar tudo, pois quando se ilumina algo, automaticamente ao redor, se cria uma sombra. A partir desses incômodos aspiro abrir alternativas de desdobramentos para novas reflexões sobre o tema, sem a pretensão, capacidade e objetivo de esgotá-las neste trabalho.

O DS em projetos de impacto se arraiga à crença em sua proposta salvacionista. Digo isso pela vivência em campo, que será apresentada no capítulo seguinte, onde experimentei a sensação de me sentir incapaz de criticar esse discurso “perfeito” apresentado como a melhor solução, vinda da Organização das Nações Unidas (ONU). Esse discurso é, de fato, simpático e soa acolhedor e inclusivo, mas é uma forma de violência sutil e silenciosa. Que, como informa Escobar (1999, p. 42) acerca do desenvolvimento, é uma experiência de domínio do pensamento e da ação.

A pesquisa se deu devido à atuação prévia em uma organização de desenvolvimento de projetos, que será melhor apresentada no capítulo seguinte, onde me percebi em uma dupla posição, enquanto nativa e antropóloga em formação. O que permitiu e mobilizou diversos incômodos e questionamentos tanto da prática de desenvolvimento de projetos, como também do discurso do DS. E, por outro lado, a respeito da prática da antropologia para além da compreensão de comunidades, mas também como esta pode ser mais ativa no enfrentamento de problemáticas atuais.

Sendo assim, a justificativa da presente pesquisa se dá pelo fato de que o DS é um discurso social e histórico e, portanto, como construção social, não é uma abordagem neutra e objetiva, e, como tentarei demonstrar, responde a interesses definidos que correspondem ao objetivo de manter - e criar novas - condições para

---

<sup>3</sup> “Impacto positivo” consiste em uma categoria nativa usada recorrentemente para se referir ao impacto gerado, ou pretendido, pelo projeto em um sentido abstrato e genérico.

<sup>4</sup> A agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU é uma agenda global que será melhor apresentada no capítulo 3. Para saber mais acesse: <<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>>. Acesso em: 21 mar. 2023.

um desenvolvimento econômico hegemônico. Conforme discorre Rabinow (1986, p. 241, *Apud* Escobar, 1999, p. 45), se faz necessário antropologizar o ocidente e mostrar como suas pretensões de verdade são também culturais, por isso, ao tentar universalizar os ODS, corre-se o risco de escorregar em ideias já ultrapassadas, antropologicamente falando, de evolucionismo, universalidade e a oposição entre as categorias natureza e cultura (Descola, 2012).

Meu processo de pesquisa foi justamente problematizar um mundo que, para mim, se apresentava como familiar em um primeiro momento<sup>5</sup>. Com um olhar mais crítico<sup>6</sup> fui identificando nuances que geram fissuras no discurso, o que acredito ter sido possível pelo olhar antropológico construído ao longo da graduação. A partir desses incômodos passei a desnaturalizar o discurso nativo<sup>7</sup> do DS, muito caro ao meio onde estava inserida, buscando enxergá-lo de outra maneira.

Nesse sentido, acredito que a potência da antropologia pode estar menos em nossa ação predominante enquanto antropólogos em determinados contextos, fazendo etnografias, mas no entendimento e expansão de ferramentas teórico metodológicas para ampliar o olhar crítico para demais disciplinas. Não utilizando a etnografia como um método, pois ela não o é (Peirano, 2014)<sup>8</sup>. Mas buscando romper com caixinhas que limitam o pensamento e a atuação, atravessando ideias e temas entre campos do saber. Pois, a partir desse olhar, o discurso do DS pode ser desafiado e as caixinhas do conhecimento colocadas em cheque. Para compreendê-lo e subvertê-lo, a fim de encontrar novas saídas, se esse for o caso, é necessário abrir as fronteiras entre os vários campos e as várias formas de vida.

---

<sup>5</sup> A noção de familiaridade se refere à dupla tarefa do etnólogo, segundo Da Matta (1978, p. 4), de transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico. Sendo o primeiro movimento o original da antropologia, na busca por universos incompreendidos, e a segunda o momento presente, quando a disciplina se volta para a própria sociedade. Na segunda, é necessário descobrir “o exótico no que está petrificado dentro de nós pela reificação e pelos mecanismos de legitimação” (*Ibid*, p. 5).

<sup>6</sup> Essa criticidade se deu em um duplo movimento, de proximidade do olhar para enxergar as fissuras e de distanciamento para exotizar o familiar e buscar inconsistências.

<sup>7</sup> O nativo aqui é apresentado na perspectiva de Viveiros de Castro (2002), de que o nativo não precisa ser o “selvagem”, “tradicionalista”, ou “natural do lugar que o antropólogo o encontra”, o nativo é o que é observado pelo antropólogo. “O que faz do nativo um nativo é a pressuposição, por parte do antropólogo, de que a relação do primeiro com sua cultura é natural, isto é, intrínseca e espontânea, e, se possível, não reflexiva; melhor ainda se for inconsciente.” (*Ibid*, 2002, p. 114).

<sup>8</sup> Segundo Peirano (2014, p. 383) “Etnografia não é método; toda etnografia é também teoria.”

Nessa posição de pesquisadora e nativa me veio a necessidade de uma antropologia nômade<sup>9</sup>, diante das tensões entre teoria, prática e áreas de conhecimento bem delimitadas. Assim como fiz um percurso vivencial em campo, aspiro resgatar em minha construção textual um itinerário. Itinerário este que envolve deslocamentos, ou seja, trocas e enlaces de posições de pesquisadora - como antropóloga em formação - e sujeita de pesquisa<sup>10</sup>, enquanto parte do universo de pesquisa - como diretora de projetos no campo.

A partir da minha trajetória na organização, este texto visa trazer reflexões acerca da forma como a narrativa do DS molda como imaginamos, interagimos e buscamos transformar o mundo. Sendo analisado nesta pesquisa como isso se dá especificamente mediante projetos de impacto social, ambiental e econômico. A narrativa aqui apresentada e analisada foi construída com base na vivência em campo, referências sobre o tema e análise de documentos oficiais da ONU.

Para garantir a liberdade para expor a realidade vista em campo, escolhi não mencionar o nome da organização neste trabalho. Por isso, irei me referir apenas como “Organização” com a inicial maiúscula por se tratar de um substantivo próprio que se refere a essa organização em questão. No entanto, essa omissão não prejudica a compreensão da pesquisa. Até porque, partirei da reflexão da experiência em campo para uma pesquisa de um cenário mais amplo do discurso do DS.

Dessa forma, no segundo capítulo apresentarei minha inserção no campo e como este veio a se tornar - formalmente - campo de pesquisa, visto que eu era “nativa”, e, como foram surgindo os incômodos que mobilizaram a pesquisa. Por isso, minha proposta não será apresentar uma etnografia da organização em que atuei e as relações que ali se estabelecem, mas uma autoetnografia reflexiva, que busca trazer o mundo em que estou inserida como sujeita e pesquisadora, e os questionamentos que emergiram durante minha experiência em campo.

---

<sup>9</sup> Uma antropologia nômade seria aquela que não pretende fixar definições, conceitos, realidades, ou mesmo aplicar teorias apresentadas como universais ou como lentes para diversos mundos, e que transita entre o compreender e o agir. Visto que, o que está definido não se movimenta.

<sup>10</sup> Utilizo o “sujeito” no feminino com um duplo sentido. Por um lado diz respeito ao eu, mulher, enquanto um indivíduo pesquisado, e por outro por estar sujeita à pesquisa, disposta a fazê-la e parte do universo pesquisado.

A abordagem da "autoetnografia" é uma forma de pesquisa e escrita que combina elementos de reflexão pessoal e investigação sociocultural. A palavra deriva:

do grego: auto (self = "em si mesmo"), ethnos (nação = no sentido de "um povo ou grupo de pertencimento") e grapho (escrever = "a forma de construção da escrita"). Assim, já na mera pesquisa da sua origem, a palavra nos remete a um tipo de fazer específico por sua forma de proceder, ou seja, refere-se à maneira de construir um relato ("escrever"), sobre um grupo de pertença ("um povo"), a partir de "si mesmo" (da ótica daquele que escreve) (Santos, 2017, p. 218).

De acordo com Santos (*Ibid*, p. 223), "fazer autoetnografia" ou "ser um autoetnógrafo" requer uma atenção central ao "eu" como ponto de partida. Isso envolve refletir sobre memórias e experiências pessoais, as interações estabelecidas com os sujeitos e o tema de pesquisa, bem como a representação desses processos em relação aos contextos sociais e culturais.

É importante ressaltar que o processo de construir uma autoetnografia não se limita à produção textual, mas está intrinsecamente envolvida no processo de pesquisa. Ou seja, o envolvimento ativo do "eu" no campo e a constante reflexão sobre o impacto pessoal das experiências, assim como o papel e influência do "eu" no processo de pesquisa. O que requer colocar constantemente em risco as próprias pressuposições e registrar *insights*, incômodos e sentimentos decorrentes das vivências e reflexões.

Esse gênero de escrita e pesquisa expõe múltiplas camadas de consciência, conectando o pessoal ao cultural, permitindo que os pesquisadores assumam uma dupla identidade: a de pesquisadores e a do "eu" pessoal ao contar suas histórias autobiográficas (Ellis; Bochner, 2000). Dessa forma, a autoetnografia é uma abordagem que reconhece e incorpora a voz do pesquisador e sua subjetividade, desafiando a suposta neutralidade e imparcialidade proposta pela pesquisa científica tradicional.

Diante disso, me encontrei em um "itinerário em ziguezague", como bem ilustra Cláudia Fonseca (2006), entre antropologia acadêmica e antropologia aplicada. Um desconforto entre a "teoria" e "prática". Como dito anteriormente, acredito que os incômodos e questionamentos foram possibilitados pela minha

posição enquanto estudante de antropologia e pelo olhar antropológico construído ao longo da graduação. E os meus incômodos com relação à necessidade da atuação prática da antropologia, e a busca por compreender as potências dessa para esse momento de crises sistêmicas<sup>11</sup> vieram principalmente da minha experiência prática. Por isso, apresentarei também meu percurso enquanto estudante do Departamento de Antropologia (DAN) da Universidade de Brasília (UnB) como parte da autoetnografia.

A escolha pelo recurso autoetnográfico da pesquisa se deu devido à necessidade de resgatar um passado vivido, na busca por sentimentos, pensamentos e emoções experienciadas em campo e desencadeadas por este. A principal especificidade da autoetnografia é “o reconhecimento e a inclusão da experiência do sujeito pesquisador tanto na definição do que será pesquisado quanto no desenvolvimento da pesquisa” (Santos, 2017, p. 219), onde se tem como proposta descrever e analisar a experiência pessoal, a fim de compreender a experiência cultural (Ellis, 2004).

Por esse motivo, a forma de construção da escrita, conforme já evidenciado, tratá uma narrativa pessoal e análise reflexiva das experiências vividas, associadas diretamente com o contexto cultural e social mais amplo. De fato, o que pretendo, é trazer minha voz como pesquisadora e sujeita única, ao mesmo tempo em que dialogo com a teoria e literatura acadêmica relevantes para a discussão aqui proposta.

No terceiro capítulo apresentarei o percurso histórico das transformações do discurso de desenvolvimento, até vir a ser DS, a partir de uma análise dos principais documentos da ONU desde a construção da Carta das Nações Unidas em 1945, até a agenda mais atual, a agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), instituída em 2015<sup>12</sup>. O foco deste capítulo será apresentar o discurso e como ele se transformou, pincelando os incômodos e questionamentos que podem ser feitos.

---

<sup>11</sup> A atual crise é sistêmica visto que envolve várias dimensões interconectadas, como o meio ambiente, economia e a sociedade. Tendo como consequência efeitos que se estendem por todo o planeta.

<sup>12</sup> A agenda é intitulada 2030 em referência ao ano de 2030, que é o prazo estabelecido para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

No capítulo seguinte, imergirei no exercício de desfamiliarizar o DS, que tem sido propagado como uma visão de mundo capaz de unir crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental, em uma espécie de tríade harmoniosa<sup>13</sup> para criar um mundo melhor. Minha proposta é evidenciar algumas tensões e contradições subjacentes a esse discurso. Principalmente do ponto de vista antropológico, analisando criticamente o tom evolucionista do desenvolvimento enquanto progresso e a dicotomia natureza-cultura da sustentabilidade, com foco no discurso da agenda 2030. Com objetivo de questionar o imaginário de futuro proposto pelo DS.

Ademais, abordo o desconforto entre a “teoria” e “prática” a partir do questionamento de Tim Ingold (2019) de para que serve a antropologia. Neste momento crítico, em que se buscam soluções e necessitamos de maneiras outras de viver, a antropologia se mostra necessária. O discurso do DS é tão obcecado com o futuro comum que não tem interesse em olhar para outras possibilidades de vida, aprender com povos que viveram seu fim do mundo (Kopenawa, 2015) ou com a sabedoria ancestral (Krenak, 2022). Precisamos nos permitir ser educados para reaprender como habitar o mundo. Os povos não terão todas as respostas, mas possibilidades para que imaginemos outros mundos possíveis que caibam muitos mundos<sup>14</sup>

A Antropologia propõe uma reflexão sobre a multiplicidade de modos de vida, não como etnografia, pois a antropologia não é acúmulo de estudos de caso etnográficos (Ingold, 2015), mas como educação do olhar, pois é ele que abala nossos estilos de vida e nossas ideias de existência. Por isso, “nenhuma outra disciplina está mais estrategicamente posicionada para aplicar o peso da experiência humana, em todas as esferas da vida, às questões sobre como forjar um mundo digno para as gerações futuras habitarem” (Ingold, 2019, p. 60).

---

<sup>13</sup> Chamado de *triple bottom line* ou tripé da sustentabilidade. Para saber mais acesse: <<https://meiosustentavel.com.br/triple-bottom-line/>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

<sup>14</sup> "um mundo que caibam muitos mundos" é a máxima do movimento Zapatista, que evidencia a crítica ao modelo de desenvolvimento e globalização que tende a homogeneizar culturas e impor uma única forma de organização social.



## **2. PERCURSO VIVENCIAL DE PESQUISA**

### **2.1 Sobre o incômodo**

Esta pesquisa foi motivada por incômodos e questionamentos em relação ao desenvolvimento e DS como solução universal e conceito imaginário e imaginado, de tom positivo, vigente em nosso imaginário comum, a grosso modo, da sociedade contemporânea. O DS se tornou uma aspiração para governos, empresas, multinacionais, indivíduos, institutos, organizações internacionais e organizações não governamentais. Atualmente, é um dos guias das ações e decisões dessas organizações, pelo menos de acordo com seus relatórios de responsabilidade socioambiental.

Nesta pesquisa, o termo "incômodo" será utilizado para descrever situações em que, na posição de nativa ou pesquisadora, me deparei com experiências ou práticas que de certa forma me chocaram, criando fissuras em minhas próprias concepções sobre o mundo, ou momentos em que a prática ou o discurso do DS se confrontou com meu olhar antropológico construído ao longo da graduação. Isso levou a reflexões sobre a forma de conceber a ideia de desenvolvimento e o futuro proposto por este.

A palavra incômodo será recorrente ao longo dessa leitura, visto que toda a pesquisa, como informado anteriormente, se deu a partir de incômodos. Em diversas leituras o estranhamento ou desconforto do antropólogo em campo é evidenciado. O que se trata do exercício de transformar o familiar em exótico, conseguindo com isso estranhar suficientemente tudo aquilo que nos é próximo, “de maneira a poder alcançar uma distância mínima que nos habilite ao questionamento típico do olhar etnográfico” (Oliveira, 1996, p. 124).

No meu caso, os incômodos se deram não por entrar em um contexto exótico com diferenças culturais, mas por me deparar com dilemas no próprio contexto nativo, em que me coloquei em uma posição de relativização e questionamento de meus próprios valores e crenças, e das categorias nativas, como o DS.

Em minha pesquisa identifiquei diversos pensadores que tiveram grandes obras mobilizadas por incômodos similares, como Wolfgang Sachs, Arturo Escobar, Alberto Acosta, Ivan Illich, Serge Latouche, Vandana Shiva, Enrique Leff e diversos

outros, cada um a sua maneira. No entanto, minha proposta neste trabalho é apresentar como esses incômodos foram acionados a partir de uma experiência muito particular minha, e não um estado da arte dessa discussão no cenário mais amplo.

Durante meses pensei em como dar significação ao termo DS partindo da perspectiva antropológica, buscando o verbo “ser”. Mas, tomando como guia - e não metodologia - a cartografia de Deleuze e Guattari, que diz que um rizoma não começa nem conclui e “tem como tecido a conjunção ‘e... e... e...’” (Deleuze; Guattari, 1995, p. 48) compreendi que minha ambição nessa pesquisa não era de significar, mas desenvolvê-la através do percurso vivencial em campo, através da experiência do “entrar e sair” (*Ibid*, p. 48) do território de pesquisa, compondo-o com as conexões possíveis, que não se esgotam com minha presença nem “saída” - marcada temporal e espacialmente - do campo.

## **2.2 A construção do olhar antropológico**

Minha trajetória na Organização, desde quando entrei, e principalmente quando se tornou meu campo de pesquisa, é marcada por tensões entre o que aprendi ao longo do percurso acadêmico como sendo antropologia e a minha vontade por agir e impactar positivamente comunidades vulnerabilizadas. Me refiro ao que aprendi como sendo antropologia, nas teorias e em métodos, como o encontro etnográfico, mediado pela teoria, que possibilita a fusão de horizontes (Oliveira, 1996, p. 24).

Nessa imersão é importante conhecer a realidade, realmente se inserir nela e não tomar como dados o que se vê, pois o mundo social analisado é simbolicamente pré-estruturado, então é preciso se atentar não só ao dado que salta na observação, mas em como ele se articula e como é simbolizado. A antropologia me permitiu olhar o mundo de maneira diferente. Durante os meus dias nas aulas do DAN em meu curso de graduação tive a oportunidade de conhecer diversas perspectivas e modos de vida muito diferentes do meu durante as aulas.

Minha pretensão neste subcapítulo é apresentar um pouco da minha trajetória acadêmica, também como um campo de pesquisa, e como a antropologia me trouxe diversos incômodos e possibilitou enxergar o tema em discussão de uma maneira mais ampla e complexa. Ressalto que, o que apresentarei neste subcapítulo não

será um elogio ou uma crítica a essa experiência no DAN, nem mesmo um arcabouço teórico de pesquisa, mas sim uma parte de uma experiência.

Aqui pretendo relatar alguns resgates da memória e das fontes que bebi durante a minha vivência acadêmica também como dados de campo, a fim de contextualizar a minha pesquisa e demonstrar como a antropologia me proporcionou uma compreensão mais profunda do contexto de projetos de impacto em que estive envolvida, e como o olhar antropológico construído ao longo da graduação foi fundamental para o surgimento dos meus questionamentos posteriores. Pois todos os meus incômodos acerca do DS tinham bases em minha posição enquanto estudante de antropologia.

### **2.2.1 Minha experiência na graduação**

Durante minha graduação, compreendi que a antropologia não se trata de compreender a história da disciplina ou de aplicar métodos, mas uma mudança no olhar para a realidade, possibilitando estranhamentos que criam tensões e fissuras para que novas ideias e interpretações possam surgir.

Desde meu primeiro semestre comecei a compreender a importância de estranhar o familiar e familiarizar-me com o estranho. Acredito que essa vivência acadêmica me permitiu desenvolver um olhar antropológico, que me possibilitou enxergar que tudo é mais complexo do que realmente aparenta, visto que geralmente naturalizamos o contexto em que estamos inseridos.

Aprendi nas teorias antropológicas<sup>15</sup> as “escolas” antropológicas, o evolucionismo, culturalismo norte-americano, antropologia social britânica, estruturalismo e a antropologia pós-moderna como fases de um desenvolvimento linear da disciplina que foi se superando. Mas, como Peirano (2015) informa, isso não forma antropólogos, e não existe apenas uma história da antropologia. Por isso:

Devemos deixar espaço para que nossos antecessores possam nos falar sobre sua experiência, possam nos informar sobre os problemas (teóricos ou existenciais) que enfrentaram, possam, enfim, nos fazer refletir a partir do que fizeram – lembrando que aprendemos pelos bons e pelos maus exemplos. O resultado é que nossa história será sempre espiralada, nunca evolutiva nem unidirecional (Peirano, 2015, p. 384).

---

<sup>15</sup> As “teorias antropológicas” são disciplinas do Departamento de Antropologia da UnB para o curso de graduação.

A antropologia passou por diversas transformações e mudanças de perspectiva ao longo do tempo. Essas transformações auxiliaram a disciplina a desenvolver ferramentas teórico-metodológicas e a criar um olhar particular para as realidades estudadas e compartilhadas com os interlocutores de pesquisa. Que permitem uma abordagem holística, crítica e reflexiva da realidade, considerando diferentes interlocutores e ajudando a elucidar questões complexas, como o Desenvolvimento Sustentável.

Quando fui apresentada à antropologia, descobri que ela não foi sempre o que imaginava. No século XIX, a antropologia era orientada pela perspectiva evolucionista, o que significava que os antropólogos acreditavam que todas as culturas evoluíram de maneira semelhante em uma única direção. Eles estudavam as culturas "primitivas" e "longínquas" porque as consideravam "simples" ou "exóticas", com a motivação de compreender como a humanidade evoluiu. Taylor, Morgan e Frazer eram alguns dos principais nomes desta época, e eles eram inspirados pela teoria da seleção natural de Darwin e o positivismo de Comte.

Além disso, esses antropólogos fizeram uma antropologia de gabinete, coletando dados pré-existentes e comparando as diferentes culturas para classificá-las. Esta é uma abordagem limitada, mas ainda assim contribuiu para a compreensão da diversidade cultural. Morgan acreditava em uma única trajetória evolutiva da humanidade, dividida em sub-períodos de selvageria, barbárie e civilização. Taylor desenvolveu sua teoria baseada na Teoria da evolução de Darwin<sup>16</sup> e acreditava que a cultura podia ser investigada em seus estágios de desenvolvimento. Enquanto Frazer se dedicou à investigação do que compreendeu enquanto religiões primitivas, buscando entender sua evolução.

Essas ideias me pareciam absurdas, pois reforçavam estereótipos culturais e justificavam a dominação colonial. Mas ainda assim tiveram contribuições positivas, pois, mesmo que buscassem leis para o desenvolvimento cultural, abordaram essas comunidades como portadoras de cultura, levando a sério as suas perspectivas e reconhecendo sua humanidade. Uma humanidade, instituições e religiões tão válidas como as europeias.

---

<sup>16</sup> A grosso modo, a teoria da evolução das espécies de Darwin propõe que as espécies evoluem por meio de modificações, onde os indivíduos mais adaptados sobrevivem.

Posteriormente, fui apresentada aos boasianos, autores influenciados pelos pensamentos do antropólogo alemão Franz Boas. No início do século XX eles escreveram em um cenário de Guerra Mundial, com influência da psicologia e da eugenia como pensamento hegemônico. A principal contribuição de Boas foi oferecer um novo olhar para o estudo da cultura, renunciando ao pensamento imperativo da época sobre a evolução sócio-linear e propondo um olhar relativista para as diferenças culturais.

Os boasianos foram Ruth Benedict, Ruth Landes, Zora Hurston, Alfred Louis Kroeber, Margaret Mead e Edward Sapir. Desses, o que mais chamou minha atenção naquele momento foi Kroeber, um antropólogo americano que se propôs a diferenciar o orgânico do cultural, relacionando o primeiro à hereditariedade e o segundo aos processos de aprendizado, transferência de conhecimento e invenções que ocorrem ao longo da existência humana. Ele argumentou que os humanos são seres "superorgânicos" porque modificam a natureza em seu benefício sem comprometer suas capacidades orgânicas. Ele desafiou o determinismo biológico e a eugenia, colocando a cultura como o principal determinante do comportamento humano, e não a natureza.

Essa perspectiva de Kroeber ajudou a desafiar a dicotomia rígida entre Natureza e Cultura, mostrando que a cultura não era simplesmente uma extensão da natureza humana, mas um sistema complexo de crenças, valores, práticas e instituições que moldavam o comportamento humano. Ele via a cultura como um domínio separado e distintivo que estava intrinsecamente entrelaçado com a vida humana, mas não era determinado apenas pela biologia. O que ajudou a superar visões reducionistas que buscavam explicar todas as dimensões da vida humana exclusivamente em termos biológicos.

O que me pareceu interessante no pensamento de Kroeber, é que mesmo superando a interpretação somente a termos biológicos, ele apresenta a cultura como parte de um processo natural que deve ser visto no contexto da natureza (Kroeber, 1952, p. 21). Buscando, por outro lado, superar também a oposição natureza-cultura, abordando-as como níveis de existência interdependentes.

A abordagem de todos esses autores boasianos defende a ideia de que cada cultura deve ser compreendida em seus próprios termos. Através desta abordagem,

os antropólogos tentaram compreender os costumes, tradições e crenças de outras culturas, em vez de avaliá-los com base nos padrões da sua própria cultura. Boas atribui então um valor relativo às culturas, vendo cada uma como única, com seus próprios significados. Esta abordagem é importante porque ajuda a evitar o etnocentrismo, uma visão unilateral partindo de sua própria cultura em relação a outras culturas, e o determinismo biológico.

Quando me deparei com essa outra perspectiva e os diferentes campos apresentados em suas etnografias fui, gradualmente, me dando conta da pluralidade de formas de vida, de costumes, tradições, e que cada uma é muito particular, e por isso deve ser compreendida de dentro para fora, a partir de suas próprias percepções. Assim, essa abordagem rejeita o universalismo, pois cada cultura é resultado de sua própria história.

Essa mudança de perspectiva proposta pelo relativismo cultural pode levar a uma mudança de olhar para a agenda de DS, pois esta perspectiva recusa a ideia de um progresso linear de todas as culturas justamente por reconhecer a diversidade cultural e considerar as diferentes realidades, partindo de suas próprias interpretações. Este, como podemos perceber, é um paradigma que inicia seu processo de superação no início do século XX, pela antropologia, mas que se apresenta nas agendas mais atuais - que se propõe um modelo único e universal de desenvolvimento a ser seguido por todos - de forma sutil.

Além disso, no contexto de busca por soluções para as crises, o reconhecimento e valorização das práticas tradicionais de “manejo dos recursos naturais” e da “biodiversidade” são fundamentais para novas formas de existência mais harmônicas. Visto que as comunidades tradicionais, ao longo dos séculos, construíram suas formas de vida respeitando os ciclos naturais baseados nos saberes e tradições locais.

Outros antropólogos que encontrei durante essa jornada foram Émile Durkheim e Marcel Mauss, que se inscrevem na perspectiva francesa na Teoria Antropológica I. Durkheim é conhecido por seus estudos sobre a sociedade e a cultura, especialmente em relação às instituições sociais, como a religião e a família. Já Mauss, seu sobrinho, foi um pioneiro na antropologia social e cultural, sobretudo por seus estudos sobre a dádiva e as relações de reciprocidade.

O encontro com Mauss e Durkheim, principalmente a partir da antropologia dos rituais, em uma disciplina no DAN, me levou a olhar detalhes que antes não conseguia perceber. Quando li o livro *Sobre o Sacrifício* em que Mauss (1899) argumenta, baseado em textos sânscritos e na bíblia, que o sacrifício é uma forma de dádiva que estabelece uma relação de reciprocidade entre o doador e o receptor, seja entre os homens e os deuses ou entre as pessoas dentro de uma sociedade. Fiquei totalmente desestabilizada com essa leitura, e, ao mesmo tempo, minha cabeça explodiu, pois fui criada na igreja, imersa em muito do que é apresentado no livro mas que não me dava conta.

E, hoje vejo que esse exercício de olhar para si, para as próprias práticas com outro olhar, e se permitir estranhar o que é tão familiar para si, e, por outro lado, olhar para aquilo que não é comum a sua vivência com olhos gentis, abertos a tentar compreender, é essencial na antropologia. Em meio a tantas etnografias de diferentes realidades, diferentes mundos possíveis, essa “habilidade” foi se desenvolvendo. Por isso, concordo muito com o Ingold (2020), com base na minha vivência, quando ele diz que a antropologia é a educação do olhar.

Por fim, na teoria antropológica, fui apresentada aos antropólogos britânicos, Malinowski, Radcliffe Brown e Evans Pritchard, que fazem parte da perspectiva funcionalista da antropologia, que enfatiza a importância das instituições sociais e culturais para manter a ordem social e a estabilidade. Destaco especificamente Malinowski, um dos primeiros antropólogos que saíram de seus gabinetes para estudar as sociedades em seu próprio local de origem, criando a metodologia para a antropologia baseada na observação participante.

A observação participante, ou a participação observante<sup>17</sup>, em que o pesquisador se insere como parte do grupo ao mesmo tempo em que observa é de suma importância para compreender de forma mais aprofundada o contexto. Podendo ativar diversos sentidos e captar o ambiente de diferentes formas, com uma relação direta e mais próxima com as pessoas, e não de fontes de terceiros que podem estar contaminadas por vieses e pré-concepções de outros.

---

<sup>17</sup> “Participação observante” é um neologismo de “pesquisa participante” como forma de clarificar sua distinção de observação participante, pois trata-se de um enfoque que admite e pressupõe um nível mais elevado de participação ou envolvimento do investigador no grupo pesquisado [...] o pesquisador atua como parte do grupo investigado ao mesmo tempo em que o observa” (PERUZZO, 2017, p. 172).

É nesse momento em que a sensibilidade à dinâmica cultural é ativada, seja no seu próprio dia-dia ou na comunidade mais longínqua e diferente da própria. Com a leitura de etnografias pude ter acesso a diferentes formas de vida a partir de relatos de antropólogos, mas também exercitar o olhar e a tentativa de compreensão, tendo *insights* sobre questões da minha própria vivência e sociedade, questionando diversos pressupostos e pré-conceitos.

Uma das disciplinas que mais me marcou, logo no início da graduação, foi "Introdução à Antropologia". Eu saía de todas as aulas com lágrimas nos olhos por passar a olhar o mundo de outra forma, era como se a cada aula eu passasse a enxergar algo que estava ali o tempo todo mas eu não tinha percebido antes. Lembro quando li o texto "outras naturezas, outras culturas" de Philippe Descola (2016), um breve escrito de uma conferência na qual Descola questiona a suposta universalidade dos conceitos de "natureza" e "cultura". Um texto tão curto, e ao mesmo tempo tão potente, que me pegou de tal forma que o resgato neste momento. Este foi central para acionar um dos meus principais incômodos com o DS, a dicotomia natureza-cultura, que será melhor discutido no capítulo quatro.

Vale resgatar aqui que no ensino médio cursei técnico em química no IFRJ (Instituto Federal do Rio de Janeiro), e, posteriormente, ingressei no curso de farmácia na UnB, mas após dois semestres de curso mudei para a antropologia, ainda na UnB. Um dos motivos dessa mudança foi a forma que a química e a farmácia olhavam para a natureza e para as pessoas enquanto objeto, substâncias, excluindo toda, ou a maior parte da questão social que envolve esses seres. Naquele momento eu sentia uma inquietação, mas com a leitura e aula sobre o texto do Descola minha mente explodiu, parecia mágico, eu havia encontrado uma área que ia ao encontro do meu incômodo. Um incômodo que em um primeiro momento eu nem compreendia muito bem do que se tratava.

Ao longo deste subcapítulo pude compartilhar um pouco da minha leitura de alguns antropólogos que me foram apresentados no percurso inicial da minha formação, como uma primeira aproximação. Esta é apresentada aqui como parte da minha vivência, sem pretensão crítica à antropologia, mas sim parte de minha trajetória acadêmica no curso de graduação em antropologia na UnB. De forma a demonstrar brevemente como essa experiência me permitiu desenvolver um olhar antropológico que me trouxe os incômodos que apresento neste trabalho.



### 2.3 A vivência no desenvolvimento de projetos

No meu 5º semestre de antropologia, em meio à pandemia, mais precisamente no mês de maio de 2021, me deparei com a oportunidade de atuar com projetos de impacto social e ambiental em uma Organização internacional formada por estudantes. Logo após fazer a disciplina de Populações e Desenvolvimento Global (PDG), na qual tratamos sobre a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CIPD), realizada na cidade do Cairo em 1994, tendo como resultado um Plano de Ação, a agenda de Populações e Desenvolvimento<sup>18</sup>. Nessa disciplina também abordamos os ODS, de forma bem introdutória, porém, foi algo que me chamou atenção desde aquele momento.

Com a aproximação com as relações internacionais no eixo de ensino e à Organização no eixo de extensão me vi questionando como as reflexões se tornam estéreis ao não se expressarem em ação. Porém, naquele momento, para mim, tomar ação como antropóloga se constituía quase como um crime à disciplina. Isso se dava pelo fato de que a antropologia que me foi inicialmente apresentada tinha como principal objetivo compreender as realidades estudadas, sem qualquer forma de interferência direta ou tentativa de modificação nas situações observadas. Então, na Organização, eu acreditava que meu trabalho deveria ser apenas tentar compreender a realidade da comunidade para que outro pensasse soluções e todo restante que envolve o desenvolvimento de projetos.

Essa abordagem centrada na compreensão - e não interferência - das realidades foi fundamental para o desenvolvimento da antropologia como ciência social. Porém, à medida que eu me aprofundava na disciplina e me confrontava com as crises e desafios enfrentados pelo mundo contemporâneo, surgiu em mim uma inquietação e uma necessidade de ir além da mera observação.

Devido à minha vivência e ao contexto em que estava inserida e os diversos incômodos borbulhando, pensei em desenvolver minha pesquisa de conclusão de curso como uma reflexão autoetnográfica sobre o discurso do desenvolvimento no contexto mais amplo de crise ecológica, social e econômica, em que o discurso do

---

<sup>18</sup> Disponível em:

<<https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/relat%C3%B3rio-da-confer%C3%Aancia-internacional-sobre-popula%C3%A7%C3%A3o-e-desenvolvimento-confer%C3%Aancia-do>>. Acesso em: 16 jun. 2023.

DSI, mais especificamente os ODS da agenda 2030, são os guias de ação de, se não todas, a enorme maioria das organizações que atuam com projetos de impacto.

### **2.3.1 O campo**

O campo, fundamental para a pesquisa, desde Malinowisk, é onde o pesquisador deve experimentar a totalidade da vida tribal (Malinowisk, 1978), não é sobre análise do que as pessoas dizem, mas sobre o que elas praticam, sobre o que elas dizem sobre o que praticam e sobre o que elas pensam sobre o que praticam. Se faz necessário estar de fato com os sujeitos da pesquisa e se envolver nas suas práticas.

Olhar, ouvir e escrever são faculdades do trabalho do antropólogo (Oliveira, 1996), onde no primeiro momento se recorre ao olhar e o ouvir, em campo, e no momento posterior o escrever, onde se textualiza a realidade sociocultural. Ou, conforme Geertz (1989), um primeiro momento do antropólogo “estando lá” e o segundo momento do “estando aqui”, ou seja, escrevendo em seu gabinete, fora do campo, arriscando conclusões.

Contextualizo esse resgate da antropologia acadêmica a fim de melhor elaborar sobre minha experiência em campo. Sempre que me perguntam o porquê entrei nessa Organização que posteriormente se tornou meu campo de pesquisa, respondo “na antropologia era muita teoria e eu queria botar a mão na massa”. Eu tinha, e ainda tenho, um espírito - se é que pode ser apresentado dessa forma - que busca transformação. Diante das misérias, das problemáticas ambientais, dos desafios econômicos que me revoltam, eu desejo conseguir fazer algo que não seja “só” compreender a realidade dos envolvidos.

O campo, conforme pontuei anteriormente, se deu a partir da atuação voluntária em um time que faz parte de uma Organização internacional sem fins lucrativos, em que estudantes universitários de 33 países desenvolvem projetos de empreendedorismo social, buscando soluções inovadoras para problemas sociais, ambientais e econômicos em seus contextos locais, por meio da ação empreendedora. Estive inserida na Organização cerca de dois anos atuando diretamente com a equipe e com as comunidades com as quais desenvolvemos os projetos.

O principal foco da rede são os estudantes. Esta se dedica a inspirar jovens universitários a transformar vidas por meio da ação empreendedora, formando líderes comprometidos a utilizar princípios de negócios para resolver problemas da sociedade, assegurando um futuro mais sustentável. No entanto, o foco dos times é desenvolver projetos de impacto nas comunidades.

Os projetos são desenvolvidos com base em critérios, sendo o primeiro deles liderança empreendedora, que consiste em ver oportunidades, tomar ação e permitir o progresso com base em indicadores, mobilização de *stakeholders* e visão de sustentabilidade para o projeto. Outro critério é o uso de princípios de negócios, em que o time deve utilizar ferramentas, metodologias e modelos de negócios. O terceiro critério é Inovação, que consiste em criar um novo produto que não existe no mercado, implementar uma solução já existente para um público-alvo que talvez não teria acesso ou utilizar metodologias/processos diferentes para uma solução já existente. E, por fim, impacto positivo e sustentável, apresentando o impacto gerado para comunidade e *stakeholders* através do projeto.

Além disso, os projetos têm como alicerce os ODS, onde todos os projetos têm que estar relacionados a pelo menos um objetivo, desde a investigação das necessidades nas comunidades até o impacto gerado pela solução proposta e mensuração de indicadores. A rede também promove a disseminação dos ODS, visto que os estudantes são incentivados a entender os ODS, suas metas e indicadores, e também acabam levando isso para as comunidades.

Para viabilizar a realização dos projetos com maior potencial existem empresas parceiras. Grandes multinacionais que oferecem investimento por meio de editais com premiações de materiais e recursos financeiros e também patrocinam a rede nacional, e não somente os times diretamente. No entanto, para ser selecionado em um desses editais o projeto precisa atender aos critérios anteriormente mencionados, ser escalável, replicável e possuir indicadores de impacto bem estruturados.

Uma vez implementados, independentemente de receber recursos ou não, os projetos devem monitorar o progresso e avaliar os resultados de maneira bem pragmática, apresentando-os três vezes ao ano, para garantir que estão gerando o impacto desejado e como forma de transparência para que a rede consiga mensurar

o impacto geral e encaminhá-los para a rede global e empresas parceiras que realizaram investimentos.

A Organização, em âmbito global, é liderada por uma equipe de especialistas que compõem o conselho de administração e um conselho de presidentes de filiais de cada país. Entre esses podemos encontrar executivos da BIC, Walmart, AIG, Coca-Cola, KPMG e Ford, por exemplo. O que demonstra um compromisso e relação de colaboração direta da Organização com o setor empresarial, para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Meu primeiro cargo no time foi como analista de prospecção de projetos. Minha função era basicamente prospectar comunidades, ou seja, buscar potenciais comunidades onde pudéssemos desenvolver projetos a partir da identificação de suas necessidades. Essa identificação de necessidades se dá por um padrão externo de normalidade/anormalidade (Sachs, 2000, p. 19). Ou seja, não são identificadas necessariamente pela comunidade, mas por alguém de fora que as enxerga como oportunidade, o que na categoria nativa se chama “liderança empreendedora”.

Na Organização são utilizadas uma série de ferramentas a partir de uma trilha, para identificação de necessidades e construção de soluções, dentro de uma fase de projetos chamada *Insight*<sup>19</sup>, na qual a prospecção atua. Nesse momento o time está entendendo o problema e definindo o escopo do projeto para então realizar o planejamento e posterior implementação.

A primeira ferramenta é o diagnóstico com a comunidade, realizado a fim de responder às perguntas: Quem são; O que vivem; e o que relatam. A grosso modo, essa é uma etapa bem breve, na qual a busca por entender a comunidade é superficial e apressada. O que incomodou muito uma estudante de antropologia que enxergava como função de sua profissão compreender as comunidades.

Posteriormente é realizada a identificação das necessidades da comunidade por meio de pesquisa e entrevistas, primordialmente. As necessidades são

---

<sup>19</sup> Além da fase de *Insight* há outras fases de desenvolvimento de projetos mais focadas em implementação, modelo de negócio e sustentabilidade financeira, por exemplo. Essas não serão abordadas aqui devido ao foco dado ao momento de identificação de necessidades e desenvolvimento inicial do projeto.

hierarquizadas de acordo com a pirâmide de Maslow<sup>20</sup>, que representa as necessidades humanas, das mais básicas às mais complexas. As primárias são aquelas que o ser humano precisa para sobreviver e estar fisicamente bem, envolvendo comida, água, abrigo e sono, por exemplo. As secundárias estão relacionadas à qualidade de vida e bem-estar, que a falta gera um impacto muito negativo, como por exemplo o reconhecimento social, auto realização, bem estar, necessidades físicas, segurança

Outra divisão para o entendimento das necessidades são entre quantitativas e qualitativas. Sendo as quantitativas dados concretos de pesquisas obtidos através de fontes estatísticas confiáveis como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e as qualitativas analisadas através do contato com a comunidade, seu depoimento e seu histórico de vida, ou mesmo através de estudos realizados por pesquisadores que realizaram investigações com a comunidade.

Eu, como antropóloga, entendi que me encaixaria bem na identificação de necessidades da comunidade. Pois, o antropólogo tem como função primordial realizar trabalho de campo para compreender profundamente as comunidades nas quais se insere. E, com base nessa compreensão mais aprofundada acreditava poder auxiliar no desenvolvimento dos projetos para que fossem mais apropriados às demandas da comunidade, co-criando soluções que levassem em consideração as perspectivas locais, com resultados que fossem realmente relevantes para a realidade local.

Apesar disso, na prática tive uma grande dificuldade, primeiro por estarmos em período pandêmico quando ingressei no time, o que dificultou o contato com a comunidade. Este acabou se dando apenas virtualmente e por meio de intermediadores. Outro ponto, conseqüente ao anterior, mas não somente, foi a não compreensão da raiz do problema, o que levava ao desenvolvimento de projetos que não chegavam nem perto do real cerne do problema encontrado. Vejo que isso se dava pela pressa das equipes em identificar problemáticas, ou definir

---

<sup>20</sup> A Pirâmide de Maslow ou a Hierarquia das Necessidades de Maslow é uma teoria proposta por Abraham H. Maslow, que descreve uma hierarquia das necessidades humanas. Da base ao topo as necessidades são: fisiológicas, de segurança, sociais, estima e autorrealização. De acordo com essa teoria as necessidades em níveis mais altos só se tornam relevantes quando as necessidades nos níveis inferiores são atendidas. É válido mencionar que essas informações aqui apresentadas não têm a pretensão de serem referências, indo na origem do pensamento e pesquisa de Maslow, mas sim apresentar como essa teoria me foi apresentada no contexto em questão.

previamente uma problemática antes do contato profundo com a comunidade para desenvolver soluções.

Outra questão era o desenvolvimento das soluções dentro de um vácuo fora da realidade local. Por meio de inúmeras reuniões se buscava encontrar soluções que posteriormente viriam a ser implementadas na comunidade, sem que essa participasse do desenvolvimento. O que levava a um não engajamento da comunidade com a solução e uma não continuidade da implementação, visto que não tinha adesão, se tornando mais uma ação assistencialista vinda de fora, não produzida localmente de acordo com as necessidades e interesses que as próprias pessoas da comunidade identificavam como urgentes e importantes.

A partir do momento que as soluções são desenvolvidas por alguém de fora a autonomia das pessoas de identificar suas necessidades e prioridades e de lidar com elas é reduzida ou retirada. Essa identificação é externa pois é o que a gente, de fora da realidade, enxerga na comunidade pelo nosso viés, que tem muito a ver com a padronização pregada pelo desenvolvimento, buscando uma “segurança social” por meio da erradicação de tudo que é estranho (Sachs, 2000, p. 27).

Além disso, é necessário se perguntar até que ponto intervenções são positivas e pior, em que medida as pessoas que propõem essas mudanças e transformações não querem impor uma ideologia, muitas vezes por meio da tecnologia, até inconscientemente. Ou são usadas como meio para abrir mercados consumidores para as grandes empresas financiadoras, em nome do DS baseado no consumo, que será melhor abordado no capítulo quatro.

A ferramenta seguinte é o PDCA (*Plan-Do-Check-Act*) do diagnóstico, uma ferramenta nova nessa trilha de insight<sup>21</sup>. O PDCA consiste em quatro etapas inter-relacionadas: Planejar (*Plan*), Fazer (*Do*), Verificar (*Check*) e Agir (*Act*). Nesta deve ser descrito como foi realizado o diagnóstico da comunidade e o que identificamos por meio deste diagnóstico, quais foram os principais problemas analisados na comunidade e como podemos atenuar eles, quais serão as ações para entender se o problema que identificamos é de fato o que a comunidade sente e como vamos validar isso. Depois de realizada essa etapa é importante descrever a

---

<sup>21</sup> Quando ingressei no time, a trilha não tinha muitas dessas informações que são mais voltadas à solução. Essas ferramentas foram inseridas devido à necessidade identificada de desde a concepção do projeto a equipe pensar no que de fato será realizado, o impacto que vai gerar e os indicadores que servirão para mensurar.

conclusão apresentando se a solução foi efetiva e resolve o problema da comunidade.

Geralmente essa etapa é mais superficial e hipotética, tanto pela falta de contato e de tempo para realizar o diagnóstico mais profundo, quanto pelo fato de a proposta de solução geralmente não ser validada nesse momento de *insight*, mas sim na implementação, o que leva a uma maior dificuldade de alterar a rota posteriormente. Inclusive por um apego à solução e não à resolução do problema por meio de outra solução.

Uma outra ferramenta recente na trilha é a SWOT da solução, que busca também compreender a viabilidade da solução. Percebe-se então que mesmo a fase sendo de compreender a comunidade o foco acaba sendo maior na solução proposta, pois é ela que fará com que o projeto se mostre interessante ou não para os olhos externos. O que leva a soluções superficiais, não inclusivas e não adequadas à comunidade.

A SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*) é uma ferramenta de análise estratégica. Ela auxilia na identificação e avaliação dos pontos fortes (*strengths*) e fracos (*weaknesses*) internos da solução, bem como das oportunidades (*opportunities*) e ameaças (*threats*) externas que podem impedir ou prejudicar a entrega da proposta de valor do projeto. Nesse caso, a ferramenta é usada para analisar a solução verificando seu potencial de gerar o impacto desejado e compreender sua aplicabilidade e replicabilidade.

Mais uma ferramenta recente é o Marco Lógico. Essa ferramenta é uma matriz 4x4 que estabelece uma relação lógica entre aspectos macro do planejamento de um projeto de maneira visual. Apresentando como as atividades de um projeto se relacionam com seus resultados, objetivos e impacto. Além de evidenciar quais indicadores e fontes de verificação serão utilizados para mensurar a realização das atividades, resultados, objetivos e impacto, e os pressupostos dessas ações.

Essa é uma ferramenta difícil de ser preenchida pois é necessário pensar do macro ao micro, ou seja, do impacto que queremos gerar com o projeto até as atividades necessárias para alcançar esse impacto. Mas como reduzir a realidade a esses aspectos? E, principalmente, quantificar por meio de indicadores um impacto

que na maior parte das vezes não é possível traduzir numericamente, ou, que se mostra difícil o acesso a essas informações, como por exemplo a renda das pessoas de uma comunidade vulnerabilizada.

Na sequência, precisamos apresentar como o projeto se enquadra no critério da Organização. São eles: Liderança empreendedora; Uso de princípio de negócios; Inovação e Impacto positivo sustentável, que foram apresentados anteriormente. Na sequência, outra ferramenta é o Prisma do Desafio. O Prisma do Desafio é uma ferramenta utilizada para guiar as ações dos projetos desenvolvidos pelos times. A frase que compõe o Prisma do Desafio deve conter um verbo de ação que informa qual é a ação realizada, os envolvidos na ação, ou seja, quem é impactado pelo projeto, contextualizar o cenário e apontar o objetivo da ação.

Essa frase tem como objetivo estabelecer uma direção para que o time possa trabalhar de forma mais focada e estratégica para maximizar suas ações e impacto. No entanto, na prática, na maior parte das vezes, a equipe não tem essa frase clara e acaba direcionando os esforços para ações que não contribuem diretamente para a proposta de valor do projeto.

Com a base do projeto construída a equipe deve definir até três ODS e metas diretamente relacionadas à solução do projeto. Os ODS são 17 objetivos e 169 metas globais a serem cumpridos até 2030, que alicerçam, pelo menos em tese, todos os projetos desenvolvidos pelos times. Todo projeto tem que estar alinhado a pelo menos um ODS e uma meta. O que me chamou muita atenção, em um primeiro momento de uma maneira positiva, pois os ODS fazem parte de uma agenda global que propõe um esforço coletivo para alcançá-las, mas que posteriormente, com uma maior aproximação do discurso e da prática, percebi diversas incoerências e inaplicabilidade prática em diversos contextos, o que será melhor apresentado nos capítulos 3 e 4.

Cada meta tem pelo menos um indicador para acompanhamento e avaliação do alcance dos objetivos no nível global. Mas no nível local, com cada projeto, é necessário definir indicadores específicos que servirão para avaliar o sucesso do projeto e se a solução está sendo efetiva para a comunidade. Os projetos precisam demonstrar um delta positivo, ou seja uma mudança no ambiente e vida das pessoas, que deve ser mensurada por indicadores. A necessidade desses



indicadores habita no investimento realizado por grandes empresas em projetos socioambientais, que, ao que tudo indica - de acordo com as buscas realizadas nos relatórios de responsabilidade socioambiental comparada às suas reais práticas correntes - possuem interesses. Por isso, a rede precisa apresentar resultados.

A definição e uso de indicadores sempre me incomodou, não somente pela distância do universo dos números e estatística por ser uma estudante de ciências sociais, mas principalmente por ser uma medida, em geral quantitativa, dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato de interesse teórico ou programático (para formulação de políticas públicas ou projetos). Ou seja, é um recurso empírico que informa sobre algum aspecto da realidade social ou sobre mudanças<sup>22</sup>. É um elo entre o modelo, ou o projeto, e a evidência empírica dos fenômenos observados.

Ademais, as máximas para qualquer projeto são escalabilidade e replicabilidade. Ampliar e multiplicar. Como uma fórmula mágica que vai gerar mais lucro. O que demonstra que esse modelo de DS não rompe com o capital e com a noção de crescimento. Percebi isso depois de participar do encontro nacional da rede, onde diversas multinacionais estavam premiando, com recursos financeiros e mentorias, projetos que tinham esse potencial. No momento estava como Diretora de Projetos, e comecei a pensar e dizer para minha equipe que precisávamos pensar na sustentabilidade financeira do projeto, pois o mundo capitalista e os projetos precisam de dinheiro para funcionar, o que é fato. No entanto percebi que mesmo falando em nome do DS a lógica do capital era mantida e incentivada. O que muda é que nesse contexto as necessidades são oportunidades de negócio.

É necessário jogar o jogo econômico, seja consciente ou inconscientemente, para conseguir captar recursos para projetos que em seu cerne buscam impactos sociais e ambientais positivos. Porém, percebi que muitas vezes as boas intenções têm motivações do imaginário colonial e neoliberal de progresso. Por exemplo, um projeto de um time da rede em que a Cargill, uma gigante multinacional da cadeia

---

<sup>22</sup> Algumas informações a respeito de indicadores podem ser obtidas através do documento de apresentação de um curso realizado pela ENAP (Escola Nacional de Administração Pública). Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/992/2/SOUSA%2C%20Marconi%20Fernandes%20-%20Indicadores%20-%20Conceitos.pdf>. Acesso em: 27 fev. de 2023.

agrícola de soja de monocultivo<sup>23</sup>, investiu em criar uma fábrica de açaí e outros produtos decorrentes do processamento da fruta em uma cidade do Maranhão.

Com isso a cidade passou a ter asfalto, internet, e uma praça, o que é positivo para sua qualidade de vida proposta pelo capital. No entanto, o progresso para a cidade foi introduzido de fora para dentro, por meio de uma multinacional que tem interesses corporativos e econômicos na cidade, e por isso quer desenvolvê-la em seus próprios termos. Além disso, o projeto de cidade, nesses moldes, conforme informa Krenak<sup>24</sup>, é uma cidade com corpo em concreto, cimento e vidro, que exclui tudo que está fora, sem diálogo com as florestas e seus povos, tornando seus habitantes alienados dentro de seus muros.

Retomando as ferramentas, outra consiste no Mapeamento de *Stakeholders*, que auxilia no entendimento de quem são as partes envolvidas e interessadas tanto no problema, solução e comunidade. E o mapeamento do que já existe, a fim de compreender como está o “mercado”, quais as iniciativas que já trabalham com o problema e o que já existe de solução para a problemática, tanto para buscar entender como atuam com a comunidade e/ou problemática, quanto para buscar inovar para além de soluções comuns e recorrentes que não necessariamente vêm solucionando as problemáticas.

Por fim, o cronograma, onde são apresentados os objetivos estratégicos e ações para atingir a proposta de valor do projeto dentro de um período de tempo. O que envolve diretamente o planejamento, que segundo Escobar (*In Sachs, 2000, p. 211*) deu legitimidade à tarefa do desenvolvimento e alimentou as esperanças nele, pois o planejamento “implica na certeza de que mudanças sociais podem ser forjadas e dirigidas, ou até produzidas quando desejadas” (*Ibid, p. 211*), sendo também, assim como o desenvolvimento, produto histórico e cultural.

### **2.3.2 O Planejamento**

O planejamento desempenha um papel fundamental nos projetos de desenvolvimento e empreendedorismo social, empregando diversas ferramentas e

---

<sup>23</sup> Para saber mais sobre a produção de soja e as gigantes multinacionais da produção dos grãos acesse: <<https://outraspalavras.net/terraeantropoceno/soja-historia-geopolitica-e-tragedia/>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

<sup>24</sup> Em vídeo: O Potencial Urbano da Floresta e o Devir Selvagem da Cidade. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Wb1k6EwaoBQ>>. Acesso em: 19 mai. 2023.

métodos para guiar e avaliar o progresso do projeto, bem como medir seus impactos, com o que atuei diretamente enquanto diretora de projetos. No entanto, ao adentrar uma comunidade e oferecer ajuda visando melhorias, geramos expectativas e esperanças de que seremos capazes de promover uma mudança social significativa.

Infelizmente, muitas vezes essas expectativas não são alcançadas, frustrando tanto a comunidade quanto os integrantes do projeto. Isso porque a realidade é complexa e em constante transformação, e há diversos fatores estruturais, partes envolvidas no problema ou na solução que não necessariamente estão dispostas ao diálogo ou que precisam manter seus interesses.

Segundo Escobar (1999), o conceito de planejamento é uma ideia que passou praticamente indiscutida, e é aceita cegamente, estando ligada diretamente a uma ascensão à modernidade ocidental (*Ibid*, p. 56). O planejamento começou no século XIX, na Europa, por meio de 3 fatores: O planejamento das cidades para tratar os problemas de crescimento das cidades industriais; A ascensão do planejamento social para promoção do bem estar, por meio da administração do social, onde os sujeitos dependem, cada vez mais, de profissionais para a satisfação e atendimento de suas necessidades e são ordenados em realidades governadas pelo estado através do planejamento; e a economia moderna (Escobar, 1999, p. 58). De acordo com Escobar:

Una vez normalizados, regulados y ordenados, los individuos, las sociedades y las economías pueden ser sometidas a la mirada científica y al escalpelo de la ingeniería social del planificador quien, como un cirujano que opera sobre el cuerpo humano, puede entonces intentar producir el tipo deseado de cambio social. [...] La planificación redefine la vida social y económica de acuerdo con los criterios de racionalidad, eficiencia y moralidad que son coherentes con la historia de las necesidades de la sociedad capitalista e industrial, pero no con las del Tercer Mundo (*Ibid*, p. 59).

Os pontos chave de intervenção por meio do planejamento foram educação primária, saúde, nutrição, habitação, planejamento familiar e desenvolvimento rural (*Ibid*, p. 64). No começo dos anos 70 foram desenhados diversos programas em universidades norte-americanas e britânicas, banco mundial, agências técnicas das nações unidas para serem implementados em países do terceiro mundo (*Ibid*, p. 65).

Não coincidentemente, a Organização em questão foi fundada nos Estados Unidos em 1975 buscando promover desenvolvimento global. Com a pretensão de solucionar problemas que na verdade foram produzidos pelo próprio desenvolvimento:

todos estos recursos retóricos que reflejan las percepciones “normales” del planificador contribuyen a oscurecer el hecho de que es precisamente el aumento de la integración de los campesinos en una economía moderna lo que está en la raíz de muchos de sus problemas (*Ibid*, p. 67).

Me incomodava profundamente, como já apresentado anteriormente em outro exemplo, o fato de não se refletir sobre como a ajuda poderia ser prejudicial, ou no mínimo questionável, em uma comunidade ou até no contexto social mais amplo. Um exemplo prático disso pode ser percebido em um projeto de educação financeira para mulheres. Em um mundo financeirizado a educação financeira acaba sendo importante, mas por outro lado também é uma forma de controlar e limitar o que as pessoas fazem ou deixam de fazer com seus recursos financeiros, hierarquizando necessidades do ponto de vista externo e impondo o que o pobre pode e o que não pode consumir.

Além disso, cria-se a falsa sensação de que com um bom projeto e planejamento os problemas, complexos e estruturais, serão solucionados. Levando a soluções ingênuas, que não vão, ou não se propõem de fato a solucionar o problema. Como o projeto de uma horta escolar para solucionar a insegurança alimentar de uma comunidade ou a educação ambiental em condomínios para aumentar a renda de cooperativas e por consequência melhorar a gestão de resíduos. Nenhuma das soluções enfrenta de fato a raiz do problema.

No entanto, o planejamento:

[...] como aplicación de conocimiento científico y técnico al dominio público, la planificación dió legitimidad a - y alimentó las esperanzas sobre - la empresa del desarrollo. Hablando en términos generales, el concepto de planificación encarna la creencia que el cambio social puede ser manipulado y dirigido, producido a voluntad. Así la idea de que los países pobres podrían moverse más o menos fácilmente a lo largo del camino del progreso indudable, un axioma que no necesita demostración para los expertos del desarrollo y de diferentes layas (Escobar, 1999, p. 56).

## 2.4 Considerações do capítulo

Em princípio, o propósito amplo da Organização é "criar um mundo melhor". No entanto, surge uma contradição evidente, uma vez que ela é financiada e controlada por grandes empresas que estão na linha de frente da destruição do planeta e das comunidades que dele fazem parte e habitam. Isso implica em uma transformação simbólica no significado de uma mesma ação em diferentes escalas: no âmbito territorial, busca-se o empoderamento das comunidades por parte da equipe, enquanto no âmbito global, as empresas enxergam apenas os números de impacto.

De um lado, na ponta, percebi uma compaixão e interesse genuíno de ajudar o próximo. No entanto, essas ações podem estar disfarçadas pelo complexo do "branco salvador"<sup>25</sup>, que possui sua própria visão e perspectiva para compreender o mundo, seus problemas e as necessidades de realidades distintas das suas. E na outra ponta, grandes empresas que oferecem sua "ajuda" filantrópica pautadas em interesses corporativos.

Uma das motivações desta pesquisa foram as inquietações sobre o motivo pelo qual essas empresas desejam ajudar financeiramente e fornecer mentorias, bem como entender o que está por trás dessa ajuda em nome do DS. Foi como se tivessem caindo as máscaras, pois, enquanto eu estava realmente interessada em ajudar pessoas vulnerabilizadas de alguma forma, me senti usada pelas empresas para que elas pudessem se beneficiar e apresentar relatórios de sustentabilidade.

Para isso, foi necessário problematizar alguns conceitos-chave presentes tanto no discurso do DS quanto na prática do desenvolvimento de projetos, como pobreza, igualdade, planejamento, necessidades, transformação, prosperidade, progresso, meio ambiente e categorias nativas como impacto, planejamento, necessidades, indicadores, e o próprio DS, sobre o qual me debrucei nessa pesquisa.

Conforme mencionado anteriormente, a Organização é liderada por uma equipe de executivos especialistas de grandes multinacionais e recebe

---

<sup>25</sup> O fato de fazer um voluntariado em si não é algo negativo, no entanto utiliza-se essa expressão quando pessoas acreditam que podem salvar pessoas negras da pobreza e situação de vulnerabilidade simplesmente por estar em outra posição social. O que acaba reforçando a ideia de que as pessoas são incapazes para resolver suas questões e precisam sempre de alguém de fora para ajudá-las. Para saber mais acesse: <<https://www.nowhitesaviors.org/>>. Acesso em: 06 jul. 2023.

financiamento de grandes empresas. O apoio a esse tipo de organização está alinhado com as estratégias dessas e de outras empresas. Sendo razoável supor que se trata de uma forma de *greenwashing* e *socialwashing*<sup>26</sup> para capitalizar a imagem corporativa ou limpar sua reputação por meio do apoio a organizações que desenvolvem projetos de impacto positivo.

Esse impacto precisa ser quantificável e mensurado, pois as empresas buscam apresentar-se como "eficientes" e "socialmente sustentáveis" por meio de indicadores e relatórios de sustentabilidade, a fim de compensar ou se posicionar no mercado. Nesse contexto, os indicadores de DS surgem como padrões de análise, e as normas da Global Reporting Initiative (GRI), que define indicadores de desempenho para aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG), são utilizadas por 72% das empresas que elaboram relatórios de sustentabilidade, segundo a KPMG<sup>27</sup>.

No entanto, em diversos sites e artigos pesquisados sobre sustentabilidade corporativa<sup>28</sup>, ficou evidente que o objetivo das empresas é obter ganhos em competitividade ao adotar essa responsabilidade. Nesse sentido, a sustentabilidade é vista como uma estratégia organizacional para gerar lucros e melhorar a reputação. Em publicação no LinkedIn, um executivo<sup>29</sup> afirma que empresas que investem em compensação ambiental têm a ganhar com a promoção de uma imagem positiva diante dos consumidores, conquistando selos de sustentabilidade e adquirindo um diferencial competitivo.

Já compensação ambiental é um instrumento legal previsto e regulado pela Lei nº 9.985/2000<sup>30</sup>, que pretende principalmente proporcionar uma contrapartida

---

<sup>26</sup> O *greenwashing* e o *socialwashing* são práticas e estratégias de marketing que tem como objetivo criar uma imagem de responsabilidade social e ambiental sem de fato ter um compromisso e comprometimento com essas causas, quando na realidade estão contribuindo com danos ambientais e sociais.

<sup>27</sup> Para saber mais a respeito de indicadores utilizados em relatórios de sustentabilidade acesse: <<https://kpmg.com/br/pt/home/insights/2021/06/relatorios-sustentabilidade-empresas-brasileiras.html>> . Acesso em: 15 jan. 2023.

<sup>28</sup> Alguns dos sites utilizados para compreender do que se trata a sustentabilidade cooperativa na visão de empresarial foram: <<https://www.tecnicon.com.br/blog/309-O-que-e-o-Tripe-da-Sustentabilidade-e-como-abordar-o-t-ema-na-empresa>>; <[https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos09/336\\_Sustentabilidade\\_Corporativa.pdf](https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos09/336_Sustentabilidade_Corporativa.pdf)>; <<https://www.ibe.edu.br/sustentabilidade-corporativa-lucro-empresas/>>; <<https://rever.org.br/sustentabilidade-empresarial-o-que-e-como-funciona-importancia-e-desafios/>>. Acesso em: 21 mai. 2023.

<sup>29</sup> Não irei disponibilizar o link da respectiva publicação por questões éticas, ainda que pública em uma rede social não irei expor a imagem de uma pessoa física sem a devida autorização.

<sup>30</sup> Lei nº 9.985/2000; Ministério do Meio Ambiente - Brasil

para os impactos ambientais e sociais decorrentes de um empreendimento, visto que nem todos os danos podem ser completamente recuperados em alguns casos. Mas, também trazem inúmeros benefícios perante os consumidores, investidores e outros *stakeholders*.

Nesse contexto, o *Marketing Verde* desempenha um papel importante segundo a Forbes<sup>31</sup> de melhorar a reputação e a imagem da marca, resultando na fidelidade do consumidor e impactando positivamente nos resultados. Segundo a pesquisa “*Global Reporting and Institutional Investor Survey*”, realizada pela consultoria global EY<sup>32</sup>, quase todos (99%) os investidores no mundo estão atentos aos relatórios, divulgações e posicionamentos executivos relativos à sustentabilidade, responsabilidade social e governança no mercado.

Em suma, tudo o que foi apresentado ilustra que, na maioria das vezes, para os executivos, o foco da sustentabilidade é tornar o negócio eficiente e lucrativo a longo prazo considerando a finitude de recursos naturais e o impacto social causado. Ou seja, trata-se da sustentabilidade da organização, da economia e do sistema, e não do planeta e das pessoas. Isso reflete claramente o que Escobar afirma: “el discurso liberal del desarrollo sostenible no pretende la sustentabilidad de la naturaleza sino la del capital” (Escobar, 1999, p. 89).

---

<sup>31</sup> O artigo da Forbes sobre o papel do *Marketing Verde* está disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/forbesnycouncil/2018/11/21/do-customers-really-care-about-your-environmental-impact/?sh=361aefd3240d>>. Acesso em: 21 mai. 2023.

<sup>32</sup> A pesquisa *Global Reporting and Institutional Investor Survey* realizada pela consultoria global EY está disponível em: <[https://www.ey.com/pt\\_br/agencia-ey/noticias/empresas-e-investidores-em-descompasso-sobre-esforcos-de-sustentabilidade](https://www.ey.com/pt_br/agencia-ey/noticias/empresas-e-investidores-em-descompasso-sobre-esforcos-de-sustentabilidade)>. Acesso em: 21 mai. 2023.

### **3. DA CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS AOS ODS**

Neste capítulo apresentarei uma breve trajetória do percurso histórico das transformações do discurso de desenvolvimento, abrangendo um período que se inicia com a construção da Carta das Nações Unidas em 1945 e se estende até o documento mais recente, a Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2015. O objetivo principal é analisar a transformação desse discurso ao longo do tempo, destacando as mudanças significativas e levantando os incômodos suscitados e destacando as contradições e os desafios presentes no desenvolvimento como conceito e prática que serão aprofundadas no capítulo seguinte.

#### **3.1. A era do Desenvolvimento**

A era do desenvolvimento iniciou-se logo após a Segunda Guerra Mundial, um período marcado por intensas mudanças geopolíticas e pela necessidade de reconstrução dos países afetados pelo conflito (Sachs, 2000, p. 11-12). O mundo pós-guerra testemunhou a ascensão das superpotências e a emergência de um novo cenário global. Nesse contexto, a construção da Carta das Nações Unidas<sup>33</sup>, em 1945, tornou-se um marco fundamental para estabelecer princípios e diretrizes que orientariam as relações internacionais. Nesse contexto, o discurso de desenvolvimento começou a ganhar força como uma resposta aos desafios econômicos, sociais e políticos enfrentados pelos países no pós-guerra.

A ideia central por trás do desenvolvimento era a busca pelo progresso, pela melhoria das condições de vida das pessoas e pelo alcance da prosperidade econômica. Essa visão estava intimamente ligada ao crescimento econômico, com ênfase na industrialização e no aumento da produtividade como meios para atingir o desenvolvimento dos países “atrasados”. A ideia de desenvolvimento surgiu como substituta ou como nova designação para o progresso, agora com um forte viés econômico (Bresser-Pereira, 2014). Ideias essas, intimamente ligadas a um movimento da civilização em uma direção idealmente linear que serão discutidas em maior detalhe no próximo capítulo.

---

<sup>33</sup> A Carta das Nações Unidas pode ser acessada em:  
<<https://www.unicef.org/brazil/carta-das-nacoes-unidas>>. Acesso em: 16 jun. 2023.



O nascimento dessa era data 20 de janeiro de 1949 com o discurso de Harry S. Truman, em seu discurso de posse no segundo mandato como presidente dos EUA. Declarando a necessidade de:

lançar um novo programa que seja audacioso e que ponha as vantagens de nosso avanço científico e de nosso progresso industrial a serviço da melhoria e do crescimento das regiões subdesenvolvidas. Mais da metade das pessoas em todo o mundo vivem em condições vizinhas à da miséria. Não têm muito o que comer. São vítimas de enfermidades. Sua pobreza constitui uma desvantagem e uma ameaça, tanto para elas quanto para as regiões mais prósperas<sup>34</sup>.

Em junho de 1950 é assinado o Act for International Development (AID, Programa para o Desenvolvimento Internacional)<sup>35</sup>. Inspirado no sucesso do Plano Marshall, o presidente Harry S. Truman propôs um programa internacional de assistência ao desenvolvimento em 1949, o ponto IV, com objetivo de prestar auxílio técnico destinado a países periféricos da Ásia, África e América Latina no pós-guerra, a fim de criar mercados para os Estados Unidos, reduzindo a pobreza e aumentando a produção nos países em desenvolvimento<sup>36</sup>, e diminuir a ameaça do comunismo ajudando os países a prosperar sob o capitalismo<sup>37</sup>.

Para os norte-americanos, e mais amplamente para os ocidentais, o combate contra o “subdesenvolvimento” seria o substituto da “missão civilizadora” dos tempos coloniais, com uma conotação messiânica. E a agenda 2030, mais de 60 anos depois, também se apresenta dessa forma, como um salvacionismo messiânico disseminado por meio de projetos, ONGs, empresas e indivíduos “bem-intencionados”, mas que, no final das contas, acabam sendo peças de algo maior. Que, mesmo com boas intenções, suas mentes estão submetidas a uma lógica colonizadora.

---

<sup>34</sup> Discurso do então presidente S. Truman disponível no site: <<https://operamundi.uol.com.br/historia/33527/hoje-na-historia-1949-surge-a-expressao-subdesenvolvimento>>. Acesso em: 07 mar. 2023. Para mais informações a respeito do início da Era do Desenvolvimento, veja Sachs (2000, p. 11-17).

<sup>35</sup> Disponível em: <https://www.usaid.gov/about-us/usaid-history#:~:text=The%201950%20Point%20Four%20Program,helping%20countries%20prosper%20under%20capitalism>>. Acesso em: 05 mar. 2023.

<sup>36</sup> O termo “em desenvolvimento” pressupõe um caminho que está sendo trilhado por esses países para se alcançar os países desenvolvidos.

<sup>37</sup> *Ibid.*

O desenvolvimento, então, é apresentado como um guia para as nações em desenvolvimento, repleto de esperanças e ambições, mas também permeado por uma “mistura de generosidade, chantagem e opressão” (Sachs, 2000, p. 11). Ele estabelece o modo de vida industrial como o ideal a ser alcançado no estágio final do desenvolvimento (Esteva, 2000, p. 63). Além disso, tornou-se uma arma de competição entre sistemas políticos, capitalismo e comunismo (Sachs, 2000, p. 13).

No entanto, essa corrida ilusória para alcançar os países desenvolvidos resultou em uma disparidade alarmante e aparentemente contraditória aos supostos objetivos. Em 1960, os países do norte global eram 20 vezes mais ricos do que os do sul, e, vinte anos depois, essa desigualdade aumentou para 46 vezes (Sachs, 2000, p. 14). Os países ricos queimaram a largada, principalmente devido ao avanço tecnológico. Essa situação aprisionou indivíduos na chamada “armadilha do desenvolvimento”, como ilustra Sachs:

Camponeses que dependem da compra de sementes para progredir, mas não tem meios para comprá-las; mães que não se beneficiam nem dos cuidados das outras mulheres da comunidade, nem da assistência de hospitais públicos; o funcionário que tinha conseguido algum sucesso na cidade, mas que, nos dias de hoje, é subitamente despedido como uma consequência das medidas empresariais para diminuir custos. São todos refugiados que foram rejeitados e não têm para onde ir (*Ibid*, p. 14).

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, o desenvolvimento se tornou um tema central nas agendas internacionais. Organismos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) desempenharam um papel significativo ao promover políticas de desenvolvimento econômico nos países em desenvolvimento.

### **3.1.1 Desenvolvimento e a Organização das Nações Unidas (ONU)**

A ONU desempenhou um papel fundamental na promoção do desenvolvimento ao longo das décadas. Desde a sua criação, a ONU estabeleceu várias agências e programas especializados que buscavam promover o desenvolvimento econômico e social em todo o mundo.

O ideal de desenvolvimento foi legitimado como agenda com a criação da ONU, e a construção e aprovação da Carta das Nações Unidas em 1945, no contexto pós-Segunda Guerra Mundial. Segundo o capítulo 1 artigo 1º da carta, a ONU tem como propósito:

- a) Promover a paz e segurança internacional;
- b) Desenvolver relações amistosas entre Nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos;
- c) Promover cooperação internacional para resolução de problemas internacionais econômicos, sociais, culturais e humanitários. Alinhado aos direitos humanos e liberdades fundamentais;
- d) Ser o direcionador das ações das nações para o atingimento desses objetivos comuns.

Nesse sentido, a ONU emerge como uma instituição internacional que inicialmente era composta por 51 estados-membros, e hoje conta com a participação de 193 países, com a finalidade de “empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos”<sup>38</sup>. Essa visão está diretamente ligada aos ideais iluministas e se fundamenta na concepção do indivíduo como um modelo de existência social e historicamente construído, apresentado por Krenak (2019) como "clube da humanidade".

O Estado moderno, criado entre os séculos XII e XV, e o direito, são fundados sob a ideia de indivíduo. O individualismo, segundo Dumont (1985), é a principal ideologia das sociedades modernas, na qual o indivíduo é o portador de valores, especialmente de igualdade e liberdade. A primeira Declaração dos Direitos do Homem, de 1789<sup>39</sup>, expõe os direitos “naturais, inalienáveis e sagrados do Homem”, incluindo liberdade, igualdade, prosperidade e segurança. A propriedade também é apresentada como um direito inviolável e sagrado<sup>40</sup>. Esses direitos são aplicáveis para além das fronteiras dos Estados, e devem ser efetivamente protegidos até mesmo contra o Estado (Bobbio, 2004).

Retomando a ideia de desenvolvimento. Com o intuito de auxiliar na restauração dos países pós-guerra, foram criadas instituições para promover a recuperação da economia mundial, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário

---

<sup>38</sup> De acordo com a Carta das Nações Unidas, disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/carta-das-nacoes-unidas>. Acesso em: 16 jun. 2023.

<sup>39</sup> A Declaração dos Direitos dos Direitos do Homem pode ser encontrada no site: [http://www4.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/dpcdh/Normas\\_Direitos\\_Humanos/DECLARA%C3%87%C3%83O%20DE%20DIREITOS%20DO%20HOMEM%20E%20DO%20CIDAD%C3%83O%20-%201789%20-%20PORTUGU%C3%8AS.pdf](http://www4.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/dpcdh/Normas_Direitos_Humanos/DECLARA%C3%87%C3%83O%20DE%20DIREITOS%20DO%20HOMEM%20E%20DO%20CIDAD%C3%83O%20-%201789%20-%20PORTUGU%C3%8AS.pdf). Acesso em: 27 jun. 2023.

<sup>40</sup> No artigo 17 da Declaração dos Direitos dos Direitos do Homem.

Internacional (FMI) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). No entanto, a partir da década de 1950, o Banco Mundial passou a atuar no sentido de fomentar o desenvolvimento das nações “mais atrasadas”, buscando promover a industrialização por meio de empréstimos. Essa concepção de desenvolvimento estava direcionada exclusivamente ao crescimento econômico e à integração no mercado global, apresentando-os como solução para os problemas dos países “subdesenvolvidos”.

Com o tempo, a concepção de desenvolvimento da ONU foi se expandindo para além do âmbito econômico. Em 1965, por exemplo, nasce o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que incorpora uma noção de desenvolvimento voltada para os direitos humanos. Essa transformação na concepção de desenvolvimento da ONU, incorporando uma abordagem multidimensional baseada nos direitos humanos, estabelece as bases para a discussão sobre o DS. Uma abordagem que visa conciliar o progresso econômico, a equidade social e a preservação ambiental.

### **3.2. Desenvolvimento Sustentável e a Organização das Nações Unidas (ONU)**

O Desenvolvimento Sustentável surge como uma nova proposta de desenvolvimento, que germina a partir do fim da década de 60 e início dos anos 70, como resultado do efeito combinado da crise do petróleo com a publicação do primeiro Relatório do Clube de Roma, intitulado “Os Limites do Crescimento” (Meadows *et al*, 1972)<sup>41</sup>, em 1972. A partir desse relatório, a questão ambiental começou a ser, de certa forma, reconhecida pela comunidade internacional. E, esses eventos culminaram na realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em junho de 1972, uma tentativa de integração entre direitos humanos e meio ambiente

A Conferência de Estocolmo, e o relatório “Limites do Crescimento” estabeleceram as bases da agenda ambiental da ONU. Esses eventos chamaram a atenção para os efeitos do consumo e produção desenfreados que levariam ao esgotamento dos recursos naturais. Em 1983 como fruto desses movimentos é

---

<sup>41</sup> “Os Limites do Crescimento”, relatório publicado pelo Clube de Roma, trouxe como principal conclusão que o crescimento econômico contínuo e ilimitado em um planeta finito é insustentável a longo prazo, chamando atenção para a necessidade de considerar a questão ambiental nas discussões acerca do desenvolvimento, visto que os recursos naturais são as matérias primas para que o projeto de desenvolvimento continue.

criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que tem como resultado o Relatório Brundtland. Esse relatório introduziu o conceito de "desenvolvimento sustentável" na agenda global, definindo-o como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades" (Brundtland, 1987).

A partir desse relatório, o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser reconhecido como um dos principais objetivos da comunidade internacional. Em seguida, em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, foi adotada a Agenda 21, um plano de ação global para o DS no século XXI. Essa conferência, conhecida como Eco-92 ou Rio-92, é um marco significativo na agenda ambiental da ONU.

Após o fim da Guerra Fria novas questões entraram em voga no debate da segurança internacional. A Eco-92 enfatiza que o desenvolvimento depende do uso sustentável dos recursos naturais, e a Agenda de Populações e Desenvolvimento do Cairo, publicada em 1994 apresenta o desenvolvimento como meio para se atingir a paz. Assim, evidenciando o crescimento econômico como condição fundamental para o desenvolvimento na totalidade, que envolve também pessoas e meio ambiente. Principalmente, devido a questões demográficas do crescimento populacional exponencial que leva ao limite a capacidade produtiva do planeta (Triana, 2021, p. 50), e "as soluções tecnológicas para responder a essa finitude parecem acelerar os efeitos nocivos da nossa forma de vida e adaptação ao Planeta" (*Ibid*, p. 69).

Na década de 90, a Declaração do Milênio<sup>42</sup> foi formulada, estabelecendo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) em 2000. Esses objetivos incluíam a erradicação da pobreza extrema e da fome, o alcance do ensino básico universal, a promoção da igualdade de gênero e autonomia das mulheres, a redução da mortalidade infantil, a promoção da saúde materna, o combate ao HIV/AIDS, malária e outras doenças, a garantia da sustentabilidade ambiental e a promoção de parcerias globais pelo desenvolvimento. Alcançar essas metas até 2015 exigiria um esforço global em prol do desenvolvimento planetário.

---

<sup>42</sup> A Declaração do Milênio pode ser acessada em: <<https://www.undp.org/pt/brazil/publications/declara%C3%A7%C3%A3o-do-mil%C3%AAnio>>. Acesso em: 16 jul. 2023.

Como resultado de conferências, relatórios, debates e experiências com os ODM, em 2015 foram adotados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) por meio da Agenda 2030. Essa agenda é composta por 17 objetivos e 169 metas a serem alcançados até 2030. A agenda representa um apelo global à ação para enfrentar desafios urgentes, como a erradicação da pobreza, a proteção do meio ambiente, a luta contra as mudanças climáticas e a promoção da paz e prosperidade para todas as pessoas, em todos os lugares (ONU, 2015).

Esses objetivos são interconectados e abordam as três dimensões do DS - econômica, social e ambiental. Eles buscam promover um equilíbrio entre o crescimento econômico, a inclusão social e a proteção ambiental, reconhecendo a necessidade de abordar simultaneamente essas áreas para alcançar um desenvolvimento sustentável. Porém, na prática, o pilar econômico do desenvolvimento ainda é priorizado em detrimento dos demais, devido aos interesses do sistema hegemônico baseado no capital, em que estamos inseridos.

A atual agenda, assim como as demais agendas globais, como os ODM ou a agenda do Cairo, se pretende universal e aplicável a todas as comunidades humanas. Alicerçando-se sob uma base ideológica bem definida com valores de igualdade, liberdade e justiça da cultura hegemônica. Mantendo uma percepção evolucionista já ultrapassada que não leva em conta outras formas de estar no mundo, e outras formas de sonhar e conceber realidades possíveis. Além de que, enxerga a natureza como recurso, fixa, sem história, separada do homem e o homem separado desta. Sendo esse homem aquele que a transforma a seu favor, que a modifica, a domina e conquista.

### **3.2.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

Os ODS, acordados no século XXI, trazem em seu cerne as mesmas questões do séc XVII com outra roupagem. O preâmbulo do documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” informa que “Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade” e “Estamos decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza e da penúria e a curar e proteger o nosso planeta”.

Essa agenda possui uma ampla gama de objetivos que engloba uma variedade de desafios globais, abordando desde a erradicação da pobreza e da fome até a promoção da igualdade de gênero, o combate às mudanças climáticas, a conservação dos ecossistemas e a promoção da paz e justiça.

A participação do setor privado e do terceiro setor para o alcance dos ODS tem se tornado uma tendência crescente e a ONU reconhece a importância do envolvimento das empresas e ONGs na busca por soluções para as demandas sociais e ambientais, embora os ODS não sejam um instrumento regulatório ou um código de conduta obrigatório, fornecendo apenas diretrizes.

Como dito anteriormente, a agenda é composta por 17 objetivos, sendo eles<sup>43</sup>:

- Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;

- Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
- Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
- Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;

---

<sup>43</sup> Informações obtidas do documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2023.

- Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
- Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
- Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável;

Segundo a ONU, os ODS são interconectados, transversais e complementares, o que significa que eles se articulam entre si para promover o DS integralmente. Embora cada objetivo tenha suas metas específicas, existe uma forte interdependência e sinergia entre eles.

Segundo o parágrafo 55 da Agenda 2030:

Os ODS e metas são integrados e indivisíveis, de natureza global e universalmente aplicáveis, tendo em conta as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento nacionais e respeitando as políticas e prioridades nacionais. As metas são definidas como aspiracionais e globais, com cada governo definindo suas próprias metas nacionais, guiados pelo nível global de ambição, mas levando em conta as circunstâncias nacionais (ONU, 2015, p. 16).



Para a implementação dessa agenda ambiciosa de escala global se faz necessário unir governos, setor privado, sociedade civil, o Sistema das Nações Unidas e outros atores e mobilizar todos os recursos disponíveis. Segundo o parágrafo 41 da agenda, cada país é o principal responsável pelo seu próprio desenvolvimento econômico e social, mas para atingir os objetivos e metas da agenda é necessário mobilizar e transferir recursos e tecnologias.

As instituições financeiras internacionais têm um papel importante para complementar os esforços para mobilizar recursos, principalmente para os países “mais pobres”. Segundo o parágrafo 43:

Uma utilização importante do financiamento público internacional, incluindo a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD, ou ODA na sigla em inglês), é catalisar a mobilização de recursos adicionais de outras fontes, públicas e privadas. Prestadores de AOD reafirmam os respectivos compromissos, incluindo o compromisso de muitos países desenvolvidos, de alcançar o objetivo de 0,7% de AOD no total da Renda Nacional Bruta [RNB] para os países em desenvolvimento e de 0,15% a 0,2% da AOD/RNB para os países menos desenvolvidos (ONU, 2015, p. 14).

O financiamento necessário para alcançar essas metas é uma das questões-chave para a implementação da Agenda 2030. Diante disso, empresas e investidores são encorajados a enxergar os ODS como oportunidades de negócios. Visto que, o Relatório de Investimento Mundial da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2014)<sup>44</sup> estimou que a necessidade de investimentos globais são da ordem de US\$5 trilhões a US\$7 trilhões por ano para o atingimento dos ODS até 2030.

Assim, os interesses produtivos que caracterizam o sistema econômico mundial necessita se reinventar para responder à crescente demanda de compatibilizar os interesses econômicos com os direitos sociais. Isso envolve a criação de novos produtos e serviços que atendam às necessidades da sociedade e do meio ambiente.

No Brasil, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, que engloba empresas comprometidas com práticas sustentáveis, demonstra um desempenho superior em comparação com as demais organizações listadas na bolsa de valores

---

<sup>44</sup> Disponível em: <[https://unctad.org/system/files/official-document/wir2014\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/wir2014_en.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2023.

brasileira. Isso indica que as empresas que incorporam critérios de sustentabilidade em suas operações estão obtendo resultados financeiros positivos, ao mesmo tempo em que contribuem para o alcance dos ODS (Pacto Global)<sup>45</sup>.

Com isso, é possível perceber uma perversidade na incorporação de desafios ambientais e sociais como oportunidades de negócios. O que pode levar a um risco de *greenwashing*, onde as empresas usam a sustentabilidade como estratégia de *marketing*. E ao conflito de interesses, visto que, nem sempre as soluções mais lucrativas serão as mais sustentáveis, o que pode resultar em decisões comerciais que priorizam o lucro em detrimento do impacto ambiental ou social.

Além disso, os desafios socioambientais requerem não apenas ações voluntárias das empresas, e, por serem complexos e interconectados, exigem abordagens holísticas e colaborativas para sua resolução. As soluções baseadas em oportunidades de negócios podem ser limitadas em sua capacidade de abordar essas complexidades, especialmente se houver uma falta de coordenação e cooperação entre diferentes setores e partes interessadas.

### **3.3. Considerações do capítulo**

A partir do trajeto histórico referente à análise discursiva da ONU ficou claro o enfoque central no desenvolvimento e, após o relatório de Brundtland, no DS. Portanto este se caracteriza como um mito que abriga dentro de si contradições veladas que estão a serviço de uma lógica mercantil que reduz a natureza a recursos, preserva interesses de crescimento econômico e se apresenta como universalista e salvacionista.

Essa visão de planeta, mundo, natureza, ou seja lá como queira chamar, e a visão de humanidade, são ideológicas e apresentam uma inadequação prática a várias realidades. Portanto, a mudança para o dito “mundo melhor”, em comum, não virá em 2030 por *delivery*, pois esta precisa transcender a noção de crescimento e

---

<sup>45</sup> De acordo com a descrição disponibilizada no site do Pacto Global, este “não é um instrumento regulatório, um código de conduta obrigatório ou um fórum para policiar as políticas e práticas gerenciais. É uma iniciativa voluntária que fornece diretrizes para a promoção do crescimento sustentável e da cidadania, por meio de lideranças corporativas comprometidas e inovadoras.”. Sendo uma forma de mobilizar empresas e organizações não governamentais a adotarem práticas mais sustentáveis. Disponível em: <<https://www.pactoglobal.org.br/>>. Acesso em: 17 jun. 2023.

necessidades e universalização de percepções da vida e sonhos de mundos possíveis, como informa Krenak (2019). Ademais, na visão de Kopenawa Yanomami:

[..] o mundo como floresta fecunda, transbordante de vida, a terra como um ser que “tem coração e respira”, não como um depósito de ‘recursos escassos’ ocultos nas profundezas de um subsolo tóxico (KOPENAWA E ALBERT, 2015).

A vista disso, é evidente que ao construir a agenda de DS em 2015 a ONU deixou de fora da discussão possibilidades cosmológicas outras e a própria discussão contemporânea da antropologia a respeito de natureza e cultura (Descola, 2012). Além disso, não problematiza o crescimento econômico pautado no consumo e criação de necessidades e não traz soluções que realmente assegurem a diminuição do impacto da ação dos humanos ditos modernos na “terra”, como é proposto, por exemplo, pelo decrescimento<sup>46</sup> (Latouche, 2009).

Assim, a antropologia se mostra potente para analisar criticamente o contexto histórico e cultural no qual o DS se constitui, problematizando o conceito de humanidade como unificada em oposição ao “meio-ambiente” e não-humanos, as relações de poder no território discursivo e a pretensão de universalidade de uma cultura hegemônica e um futuro comum. Diante disso o capítulo seguinte explorará de maneira mais detalhada alguns aspectos complexos e os dilemas presentes no DS, evocados pelos incômodos.

---

<sup>46</sup> O decrescimento não possui uma definição única, mas linhas de pensamento, imaginários ou rumos de ação contra a hegemonia do desenvolvimento e crescimento desenfreado. O livro “Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo” (D’ALISA, DEMARIA, KALLIS. 2016) abarca uma série de verbetes com possibilidades de ação no mundo, que não as desenvolvimentistas.

#### **4. APONTAMENTOS À AGENDA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL A PARTIR DO OLHAR ANTROPOLÓGICO**

A partir das reflexões apresentadas nos capítulos anteriores, torna-se evidente a importância da antropologia como disciplina capaz de contribuir para a compreensão e análise crítica do DS. Neste capítulo, concentrei a discussão na relação entre antropologia e DS, com uma abordagem crítica ao tom evolucionista do desenvolvimento como progresso e à dicotomia natureza-cultura, explorando como essas ideias se inserem na agenda do desenvolvimento, sendo tratados como universais à humanidade. A antropologia, por sua vez, oferece uma perspectiva crítica e reflexiva que permite questionar essas noções e trazer perspectivas outras, que vêm sendo aplicadas no curso de vida de povos e comunidades, mas muitas vezes são invisibilizadas.

Como apresentado anteriormente, diversos foram os incômodos e questionamentos a partir da prática no desenvolvimento de projetos e leituras, no entanto optei por focar em dois aspectos que permeiam toda a agenda e são muito caros no debate antropológico atual. Reconheço que o tema possui inúmeros desdobramentos e desvios, nos quais me aventurei e até me perdi durante a maior parte da minha pesquisa, buscando conhecer e encontrar a melhor rota. No entanto, as escolhas são necessárias. Por isso deixo aqui explícito o foco, embora reconhecendo as sombras e lacunas, que por sua vez abrem oportunidades para pesquisas futuras.

No primeiro subcapítulo proponho desnaturalizar o desenvolvimento, que, desde sua origem, é apresentado como uma solução para países e povos considerados menos desenvolvidos alcançarem os países desenvolvidos, através de uma corrida incessante, como um cachorro atrás do próprio rabo. No entanto, os resultados desse modelo têm sido miséria, fome, injustiça e esgotamento ambiental. Isso ocorre porque estruturalmente e historicamente o capitalismo busca lucro, e o faz através da exploração, e, como apresentado no capítulo anterior, o desenvolvimento foi criado, inclusive, a fim de abrir mercados para os Estados Unidos<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup> E, além dos Estados Unidos, países desenvolvidos europeus e outros, como a China, merecem olhares nesse sentido, mais isso não será tratado neste trabalho.

Desse modo, acredito que posso sugerir, através do que foi demonstrado pelo campo e pelo capítulo anterior, que o DS é cooptado pelo capitalismo - ou mesmo criado dentro desse sistema para que este possa se sustentar - e este passa a se configurar como outra forma de consumo. Pois, no contexto em que estamos inseridos os indivíduos são considerados não como pessoas e sim como consumidores<sup>48</sup>, ou como mercadorias<sup>49</sup>.

Neste capítulo trago o “eco copo” como exemplo pois ilustra explicitamente como o consumo de produtos rotulados como “eco”, geralmente com uma folha verde como símbolo, podem ser percebidos como sendo o capitalismo vendendo a sustentabilidade. O “eco copo”, e outros produtos ecológicos, são apresentados como produtos sustentáveis que, por sua vez, são a solução para os problemas ambientais, transmitindo a ideia de que ao adquiri-los, ou seja, através do consumo individual, a pessoa está fazendo a sua parte ajudando a salvar o planeta. No entanto, a mudança necessária não pode ser alcançada apenas por meio de uma consciência individual voluntária, requer transformações estruturais mais profundas.

Na segunda seção do capítulo, abordo a dicotomia natureza-cultura e sua relação com a narrativa do DS, evidenciando que, a depender do contexto, ambas podem fazer parte do mesmo domínio e são impossíveis de ser separadas completamente. Por isso, a visão ocidental de natureza como uma entidade separada da esfera social e humana, vista como “recurso”, que se pretende universal e amplamente aplicável, pode ser questionada a partir de um olhar antropológico, visto que o sentido de natureza é múltiplo.

Na sequência, analiso a noção de futuro, muito presente na agenda 2030, que parece impor um caminho linear de desenvolvimento necessário a todos, onde ninguém pode ser deixado para trás. O que aniquila a diversidade de caminhos possíveis e de objetivos finais plurais. Além disso, a centralidade do humano como agente salvador do planeta, um humano abstrato, também tende a ignorar a interconexão e interdependência com outros seres no planeta, retomando a dicotomia natureza-cultura.

---

<sup>48</sup> Essa ideia é apresentada por Ailton Krenak no Podcast da Rádio Companhia, episódio #231 - Ailton Krenak e Emicida conversam sobre “Futuro ancestral”. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/2g4bkDyYzIqWhqH3nRBJ8G?si=df8b44afafd94c3b>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

<sup>49</sup> Para uma maior elaboração acerca da transformação das pessoas em mercadoria ver o livro “Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadoria” de Zygmunt Bauman (2008.)

Por fim, teço algumas reflexões sobre o papel da antropologia como disciplina fundamental para promover o rompimento com a visão linear, abrindo espaço para a diversidade de mundos e possibilidades de futuros outros. A disciplina tem o potencial de trazer à luz do debate as múltiplas experiências de existência que são fundamentais para enriquecer o debate do DS e questionar as noções de verdade universal que moldam o imaginário de futuro do DS.

#### **4.1 Desfamiliarizando o Desenvolvimento**

O DS tem sido propagado como uma visão de mundo capaz de unir crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental, em uma espécie de tríade harmoniosa para criar um mundo melhor. Mas, para falar de DS acredito ser sempre necessário recordar brevemente a primeira palavra que compõe esse termo - o desenvolvimento. A ideia de desenvolvimento abriga dentro de si ideais de progresso e emancipação, e se apresenta, desde sua origem, como sendo uma salvação civilizatória para que países e povos do sul global alcancem os países que se (auto)consideram desenvolvidos (Sachs, 2000).

Enquanto isso, apresenta como resultado da ação predatória de certos humanos sobre a terra miséria, fome, injustiça e impactos sistêmicos no que chamamos de meio ambiente ou natureza cada vez maiores. No entanto, esse fato não se configura pela incompletude da implementação do desenvolvimento e sim como seus sub-produtos necessários (Viveiros De Castro, 2011, p. 10).

No contexto pesquisado o desenvolvimento sustentável é tido como a solução para os problemas ambientais e sociais enfrentados pelas comunidades. Por meio dele se imaginam soluções e se fazem promessas inalcançáveis, e empresas utilizam estratégias absurdas (como o *greenwashing*) ou se têm crenças ilógicas e perversas, como que a reciclagem e o consumo de produtos “eco” vão salvar o mundo.

O *greenwashing* vêm aumentando, à medida que os consumidores buscam produtos com menor impacto, e estão dispostos a pagar por isso. Uma pesquisa realizada em 2021 pela European Commission (EC) com 344 alegações chegou a conclusão de que em 42% dos casos a alegação poderia ser falsa ou enganosa e,

portanto, poderia constituir uma prática comercial desleal nos termos da Diretiva de Práticas Comerciais Desleais (DPCD)<sup>50</sup>.

De acordo com o relatório da ONG Livre-se do Plástico de 2021<sup>51</sup>, a Coca-Cola foi a maior poluidora de plástico do mundo por quatro anos seguidos e por outro lado investe em projetos de impacto positivo, sem mudar de fato sua postura corporativa, o que parece um tanto quanto contraditório. Nesse sentido, não é possível ter certeza dos compromissos ambientais e sociais da empresa que evidentemente causa danos às pessoas e ao planeta.

A própria empresa tem como meta principal para a Sustentabilidade a implementação de logística reversa até 2025, onde 100% das embalagens serão reutilizáveis, recicláveis ou compostáveis<sup>52</sup>. No entanto, essa proposta ainda assim não rompe com o modelo de consumo e produção, pois o lixo é reciclado para manter o ritmo do crescimento da economia (Layrargues, 2012, p. 396). E, como afirma Triana:

As lógicas de sustentabilidade por meio de estratégias de reciclagem, recursos renováveis e materiais biodegradáveis se apoiam, em parte, na consciência sobre o verdadeiro valor e significado do lixo, mas todas elas parecem práticas paliativas para tratar um mal maior e mais grave: o próprio fato da “produção” de lixo (Triana, 2021, p. 36).

Segundo o mesmo autor, ao abordar uma visão crítica, como esta da reciclagem, é possível superar a ideia de sustentabilidade que remete a sustentar (*Ibid*, p. 42), algo como suportar, escorar, aguentar. É como se o desenvolvimento fosse “o pote de ouro escondido no fim do arco-íris do capitalismo.” (Cristaldo *et al*, 2018), e o capitalismo o pote de ouro escondido no fim do arco-íris do DS. Através do capitalismo se alcança o desenvolvimento, e através do desenvolvimento sustentável se mantém o capitalismo.

Segundo Latouche (2010) o DS se configura como um oxímoro, ou seja, a união de termos ou ideias opostas, gerando um sentido contraditório. Segundo o autor:

---

<sup>50</sup> Disponível em: <[https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip\\_21\\_269](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_21_269)>. Acesso em: 12 jun. 2023.

<sup>51</sup> Disponível em: <<https://brandaudit.breakfreefromplastic.org/brand-audit-2021/>>. Acesso em: 15 jun. 2023

<sup>52</sup> Disponível em: <<https://ellenmacarthurfoundation.org/global-commitment-2021/signatory-reports/ppu/the-coca-cola-company>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

trata-se, ao mesmo tempo, de um pleonasmo ao nível da definição e de um oximoro ao nível do conteúdo. Pleonasmo porque o desenvolvimento já é um self-sustaining growth (crescimento durável por si só), para Rostow, o grande ideólogo do conceito. Oximoro porque o desenvolvimento não é nem durável nem sustentável (Latouche, 2010, p. 220).

Para o autor, independente do adjetivo, as palavras desenvolvimento e crescimento são tóxicas, visto que configuram a “missão que Marx atribui à ideologia: mascarar os interesses do capital por trás da ilusão de um interesse geral, paralisando assim a resistência das vítimas” (Latouche, 2010, p. 221). Nesse caso, utilizar canudos biodegradáveis apenas adia o momento do crash.<sup>53</sup>

A incorporação do desenvolvimento e crescimento, ou do “outro” desenvolvimento na roupagem do DS, como tendo fim em si mesmo, para Latouche (2010) é uma confusão mantida pelo pensamento dominante, uma forma de colonização do imaginário. Ou seja, ao inserir o desenvolvimento sustentável como meio e fim de todo e qualquer projeto local, somado à obrigatoriedade de alinhá-los aos ODS para submissão em editais de fomento, o que ocorre é, de certa forma, transfigurar a ótica de interpretação local e configurar a ação como sendo uma ação “sustentável”. Esvaziando a ação nomeando-a com um termo genérico e ideológico.

#### **4.1.1. Desenvolvimento Sustentável enquanto outra forma de consumo**

O capitalismo fez muito pela humanidade. Antes do sistema, 90% da população vivia em extrema pobreza, sem alfabetização, com baixa expectativa de vida, e graças ao capitalismo em 200 anos muito disso mudou. Porém, miséria, fome, *burnout*, ansiedade, destruição do meio ambiente, mudanças climáticas extremas são alguns dos efeitos do modelo econômico. A velha maneira de fazer negócios não é mais suficiente, é preciso de um novo caminho. Esse caminho é o capitalismo consciente. A mudança da mentalidade dos líderes e consumidores solucionará os efeitos adversos do capitalismo.<sup>54</sup>

---

<sup>53</sup> Parafraseando Latouche (2010, p. 221).

<sup>54</sup> Eduardo Moreira (2020) em seu livro *Economia do desejo: A farsa da economia liberal*, faz um exercício similar na introdução, onde apresenta um relato sobre as maravilhas conquistadas pelo desenvolvimento, como as tecnologias têm aliviado os trabalhos exaustivos e degradantes, salários maiores, educação melhor e disponível, e outros, e informa que o texto poderia ser escrito por qualquer economista neoliberal. Mas questiona como que mesmo multiplicando a riqueza, o que foi possível pela exploração de recursos naturais, ainda temos metade da população em situação de



A afirmação do parágrafo anterior não é minha. Foi declarada pelo Raj Sisodia, fundador do movimento Capitalismo Consciente, em entrevista para a Revista Forbes (2022)<sup>55</sup>. O capitalismo consciente pretende gerar valor para todos os *Stakeholders*, ou seja, as partes envolvidas, como clientes, fornecedores, colaboradores, acionistas e comunidades, com uma relação ganha-ganha para todos, acabando com o *Trade off*, buscando mais do que apenas lucro. Segundo dados apresentados pelo Thomas Eckschmidt, co-fundador do capitalismo consciente Brasil e Peru, no TEDx<sup>56</sup>, o movimento vai permitir produzir mais, e empresas que aderiram ao movimento tiveram suas ações valorizadas dez vezes mais nos últimos 15 anos, nesse sentido, "Fazer o bem é o melhor negócio".

No entanto, segundo Karl Marx (2013), estruturalmente o capitalismo busca o lucro, por ser um modo de produção baseado no capital, e exploração crescente da força de trabalho e recursos naturais. Por esse motivo, a crise ambiental e social que estamos vivendo não é resultado ao acaso, mas constitutivo do sistema. É utilizada uma narrativa idealizada da história, de que graças ao capitalismo a população global saiu da pobreza nos últimos 200 anos, quando na verdade o capitalismo inventou a pobreza, conceituando-a, no relatório Brundtland (1987) como nível de renda abaixo do atendimento das necessidades, reduzindo ao âmbito econômico, por meio da renda, e não ao bem estar social, ambiental e cultural.

O relatório "Além da renda, além das médias, além do hoje: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI" publicado pelo PNUD em 2019<sup>57</sup> revela que, no Brasil, o 1% mais rico concentra 28,3% da renda total do país, sendo a segunda concentração de renda mais alta do mundo na época, ficando atrás apenas do Catar. De acordo com o Relatório Mundial sobre as Desigualdades de 2022<sup>58</sup>, a metade mais pobre da população possui 2% da riqueza total, enquanto os 10% mais ricos possuem 75% de toda riqueza. Demonstrando que com o desenvolvimento

---

pobreza? O livro tem como objetivo tecer uma crítica ao neoliberalismo evidenciando porque ele não nos levará a uma sociedade mais justa.

<sup>55</sup> LIMA, M. Capitalismo consciente é o futuro? Raj Sisodia explica o movimento. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbesesq/2022/08/capitalismo-consciente-e-o-futuro-dos-negocios-raj-sisodia-explica-o-movimento/>> Acesso em: 3 fev. 2023.

<sup>56</sup> TEDx - Capitalismo consciente-uma nova era econômica: Thomas Eckschmidt. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_UIZoxQulzQ](https://www.youtube.com/watch?v=_UIZoxQulzQ)>. Acesso em: 3 fev. 2023.

<sup>57</sup> Disponível em: <<https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr2019ptpdf.pdf>>. Acesso em: 04 de jul. de 2023.

<sup>58</sup> Disponível em: <<https://wir2022.wid.world/>>. Acesso em: 04 de jul. de 2023.

baseado na economia, no capital e na exploração levamos de brinde a desigualdade<sup>59</sup>.

A solução proposta pelo desenvolvimento é sempre o aumento das rendas *per capita* no terceiro mundo, que não necessariamente vai para as pessoas, por meio do fortalecimento do mercado interno dos países. Fazendo referência à fala de Viveiros de Castro<sup>60</sup>, Krenak (2022, p. 56) informa que “nossa tecnologia de produzir pobreza é pegar quem pesca e colhe frutos nativos, tirar de seu território e jogar nas periferias da cidade, onde nunca mais vai pegar um peixe pois o rio está podre”. Segundo ele, o capitalismo precisa de uma plataforma que é urbana, que transforma pessoas em mercadorias que vendem sua força no mercado de trabalho, e nestas crianças que já nascem consumidores. Estamos devorando as montanhas para produzir cimento para construir nossas cidades urbanizadas e sanitizadas, com muros, reais ou simbólicos, que separam a floresta da cidade, (Krenak, 2019) relegando a ela a identidade de “recurso natural”.

É um tanto quanto irracional pensar que a forma de produção e consumo que deixou o mundo no fio-da-navalha, como afirma Tim Ingold (2019, p. 9) será ela mesma, com uma pitada de “consciência”, a solução. A impossibilidade de ser um sistema que acaba com o *Trade off*, ou que estabelece uma relação ganha-ganha para todos os *stakeholders* se dá ao passo que os interesses são antagônicos e os “recursos naturais” limitados para tantas necessidades inventadas. Não basta esperar uma consciência voluntária, até porque, a busca pelo lucro não é simplesmente sobre moral pessoal mas estrutural, pois, como afirma Marx e Engels (2007) a moral é fruto de uma relação com a realidade (e não mentalidade).

Um elemento essencial do capitalismo é a mercadoria. Objetos possuem propriedades específicas e podem satisfazer determinadas necessidades. Porém, conforme desmistifica Marx (2013), quando este se transforma em mercadoria, uma

---

<sup>59</sup> Quero evidenciar aqui que as desigualdades se apresentam antes mesmo da Era do Desenvolvimento, tendo como um dos marcos a colonização, por exemplo.

<sup>60</sup> O texto de Viveiros de Castro foi apresentado no colóquio “Questões indígenas: ecologia, terra e saberes ameríndios”, que aconteceu no Teatro Maria Matos, em Lisboa, no dia 5 de maio de 2017. E também durante o ato Abril Indígena, na Cinelândia, no Rio de Janeiro, em 20 de abril de 2016. Posteriormente foi publicado no Caderno de Leituras n.65 pela Chão da Feira. Neste, Castro informa que o capitalismo precisa de pobres e por isso o ideal, para o explorador, seria transformar todos em pobres. E é o que vem fazendo com os indígenas, primeiro transformou o Munduruku em índio, e depois transformou o índio em pobre, tornando-os “cidadãos civilizados”. Disponível em: <[https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2017/05/SI\\_cad65\\_eduardoviveiros\\_ok.pdf](https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2017/05/SI_cad65_eduardoviveiros_ok.pdf)>. Acesso em: 28 de jun. de 2023.

forma social histórica, adquire um duplo caráter, o valor de uso e valor de troca. O valor de troca torna mercadorias equivalentes, de forma que essas possam se chocar no mercado e serem trocadas entre si. Isso é possível pois existe algo em comum entre as mercadorias, são fruto do trabalho humano. Trabalho esse indiferenciado, pois não importa a individualidade de cada trabalhador para produzir e sim o tempo social, homogeneizado. A mercadoria é então ao mesmo tempo um objeto útil e suporte de valor.

No mercado as mercadorias se confrontam entre si por serem estabelecidas equivalências. Se todas as mercadorias equivalem entre si pode-se determinar uma que será universal na relação de troca, em dado momento histórico tudo poderia ser trocado por ouro, então o ouro passou a representar a própria riqueza. O ouro só se confronta com outras mercadorias como moeda por anteriormente ter se enfrentado como mercadoria. Passando, posteriormente, a ser um equivalente geral. Atualmente isso se dá na forma de dinheiro, não apenas em sua forma material mas sobretudo digital e especulativa.

É através da produção e venda de mercadorias que o capitalismo gera capital. O manejo da natureza para produção de objetos por meio do trabalho e posterior trocas sempre se deu, porém a forma que se dá no capitalismo é totalmente predatória, pois visa um crescimento anormal e descontrolado, que beneficia alguns poucos, para suprir suas “necessidades humanas ilimitadas”. O que na ciência biomédica é chamado de câncer na ciência econômica é intitulado desenvolvimento.

#### **4.1.1.1 Sociedade de consumo**

Situo a sociedade de consumo a partir da perspectiva apresentada por Hobsbawn (1994), principalmente no livro *A Era dos Extremos: O Breve Século XX*, onde ele apresenta as transformações políticas, sociais, econômicas e culturais do século XX. O *American Way Of Life* - a bizarra versão americana do “*vivir bien*” (Danowski; Castro, 2013, p. 129) - surgiu nos Estados Unidos pós guerra, em que o ideal de felicidade se dava pelo consumo. Ideia essa que foi vendida e exportada para outras partes do globo acarretando um consumo em grande escala principalmente de supérfluos, o que historicamente e localmente modifica a lógica de necessidade. Os eletrodomésticos passam a ser indispensáveis e o carro se torna um objeto de desejo que se popularizou com o fordismo.

O fordismo, sistema de produção criado por Henry Ford no início do século XX, foi fundamental para a segunda revolução industrial, tornando possível a produção em grande escala, por meio da mecanização na linha de montagem, com custos cada vez menores, sendo símbolo da Segunda Revolução Industrial. O que gerou economias de escala e proporcionou expansão do mercado consumidor.

Em 1929 o capitalismo sofreu sua maior crise, também conhecida como crise de 29. Um dos motivadores da crise foi a grande produção industrial que não era absorvida pelo consumidor. Foi necessária a intervenção do estado, que se deu por meio do conjunto de medidas econômicas, o *New Deal*, implantado de 1933 a 1937. Franklin Roosevelt, então presidente dos EUA, se inspira nas ideias de Keynes para elaborar o plano.

O keynesianismo defende a intervenção do estado quando necessário, a fim de mitigar grandes oscilações do sistema e garantir o emprego. O governo estimula a produção através de oferta de moeda ou redução de juros, o que proporciona maior disponibilidade de capital. Além disso, oferecer incentivos fiscais para a produção e investimentos estimula a economia. Uma das ações foi o *welfare state*, que consistia em um conjunto de políticas públicas de saúde, educação, moradia, seguridade social e outros.

Com a Guerra Fria o modelo de vida americano ganha força e é vendido ao mundo como uma sociedade perfeita, em que o consumo e bem-estar social andam juntos. Discurso que foi comprado por diversos países alinhados ao regime capitalista como uma esperança do sonho americano. O crescimento exponencial da população, somado à expansão do consumo e produção em larga escala e acrescido ainda pelo consumo repetitivo incentivado e justificado pela moda, crédito, propaganda e obsolescência programada, se mostrou insustentável. Segundo Latouche:

Três ingredientes são necessários para que a sociedade de consumo possa prosseguir na sua ronda diabólica: a publicidade, que cria o desejo de consumir; o crédito, que fornece os meios; e a obsolescência acelerada e programada dos produtos, que renova a necessidade deles (Latouche, 2009, p. 18).

Nesse sentido acreditar na abundância infinita dos recursos naturais foi, e é, a raiz da crise ambiental (Portilho, 2005). Como aponta Latouche, parafraseando

Kenneth Boulding: “Quem acredita que um crescimento infinito é possível em um mundo finito ou é louco ou é economista” (Latouche, 2009, p. 16).

#### **4.1.1.2 Produção e consumo sustentável**

Nesse cenário surge o Desenvolvimento Sustentável como solução. Um dos objetivos da Agenda 2030 é assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis (ODS 12). O objetivo é composto por 11 metas. Diversas das metas (12.2, 12.4, 12.5, 12.a, 12.b, 12c) apresentam verbos infinitivos sem nenhum sujeito responsável pela ação. Quando apresentam o produtor este está numa posição mais passiva, no item 12.6 por exemplo a meta é incentivar o produtor e não de fato garantir adoção de práticas sustentáveis. De modo geral a responsabilização para atingir o objetivo está mais relacionada ao consumo do que à produção.

Seguindo a mesma pergunta do Krenak em uma entrevista para a revista racismo ambiental (2020)<sup>61</sup> “Por que alguém não fala com a Coca-Cola para ela parar de usar a água? Por que vão falar para seu filho? Por que as campanhas públicas, municipais, estaduais, diz para dona da casa fechar a torneira?” A resposta do Krenak é que isso se dá para “criar um ambiente psicológico que despista a verdadeira razão do esgotamento das fontes de água pura.” É uma lavagem cerebral de que fazendo isso as pessoas, cada uma fazendo a sua parte, poderão mudar a situação global. A única possibilidade, diz ele, “envolve mudança na superestrutura que é capitalista”.

Segundo o Instituto Akatu<sup>62</sup>, uma Organização sem fins lucrativos com foco na conscientização da sociedade para o “consumo consciente”, o termo significa “consumir com melhor impacto, sem excessos ou desperdícios”. É fazer escolhas que contribuem para a sustentabilidade do planeta, para que haja o suficiente para todos para sempre”. O foco do instituto é o consumidor, pois acreditam que o consumidor pode mudar o mundo.

As mudanças nos hábitos de consumo individuais são sim importantes, mas é algo que diz respeito a uma minoria que consome de forma irresponsável. Nesse

---

<sup>61</sup> “Vida sustentável é vaidade pessoal”, diz Ailton Krenak | Combate Racismo Ambiental. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2020/01/26/vida-sustentavel-e- vaidade-pessoal-diz-ailton-krenak/>>. Acesso em: 1 fev. 2023.

<sup>62</sup> Para saber mais sobre o Instituto akatu acesse: <<https://akatu.org.br/>>. Acesso em: 27 jan. 2023.

contexto, a ONG Global Footprint Network<sup>63</sup> desenvolveu uma métrica que compara a demanda de recursos de indivíduos, governos e empresas com a capacidade de regeneração biológica da Terra. O dia da sobrecarga da Terra é a data em que o planeta atingiu o ponto máximo de consumo de recursos naturais<sup>64</sup>. Em 2022 a Terra atingiu seu limite, ou nós humanos atingimos o limite, em 28 de julho, ou seja, 2023 teria que pagar pelos 5 meses seguintes de consumo. Porém, nesse caso não tem como pegar um empréstimo para pagar a dívida, então ano a ano o impacto vai se acumulando e ficamos cada vez mais “no vermelho”.

Os dados sobre atividades econômicas do país, produtividade agrícola, importações e exportações, consumo de energia, etc. para fabricar móveis, quanta energia as famílias usam e assim por diante, são coletados através de agências internacionais, incluindo as Nações Unidas. E assim, por meio desses dados a ONG calcula quantos recursos cada país consome. Segundo seus cálculos realizados em 2022, precisaríamos de 1.75 planetas para suprir a demanda humana por recursos, porém se toda população vivesse como os Estados Unidos precisaríamos de 5 terras<sup>65</sup>. Ao passo que, nações principalmente do Sul Global não atingirão seu dia de sobrecarga antes do fim do ano e precisam de menos de uma terra para suprir seu modo de vida. Além disso, países do Norte global importam a maior parte das matérias primas de países do Sul Global, que acabam arcando com os custos dos danos ambientais e humanitários. Ou seja, “há gente de menos com mundo demais e gente demais com mundos de menos” (Danowski; Castro, 2013, p. 129).

O site da ONG possui uma calculadora de pegada ecológica<sup>66</sup>, uma metodologia de contabilidade ambiental que avalia a pressão do consumo das populações humanas sobre os recursos naturais. A cada tópico deve-se responder, numa escala de nunca a muito frequente, sobre hábitos de consumo e estilo de vida. Como a frequência que consome produtos de origem animal, alimentos não industrializados e produzidos localmente, tipo de moradia, tamanho da casa, meios de transporte, uso de energia elétrica, e outros.

---

<sup>63</sup> Para saber mais sobre o Global Footprint Network acesse: <<https://www.footprintnetwork.org/>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

<sup>64</sup> O dia de sobrecarga da Terra é calculado da seguinte forma: (Biocapacidade da Terra / Pegada Ecológica da Humanidade) x 365 = Dia da Sobrecarga da Terra.

<sup>65</sup> Para saber mais sobre o dia de sobrecarga da Terra acesse: <<https://www.overshootday.org/>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

<sup>66</sup> Para calcular sua pegada ecológica acesse: <<https://www.footprintcalculator.org/home/en>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

A pegada é de cada um, então representa o consumo pessoal. Uma pessoa vulnerabilizada em situação de miséria seria considerada muito “ecológica” por essa régua, por ter uma pegada muito suave na terra. Pergunto se essa é a melhor forma de calcular nosso impacto em grau, ou é uma espécie de romantização da miséria, muitas vezes gerada pelo desenvolvimento, de determinadas partes do globo que sofrem até hoje com impactos da colonização e do neo-extrativismo.

Ao fim do teste é apresentado o resultado, perguntam como você se sente com o resultado e são apresentadas soluções de como agir. Dessas soluções, todas são individuais, como usar menos automóvel e mais transporte público, bicicleta, ou ir a pé. Reduzir desperdício, se alimentar com uma dieta vegana, realizar o planejamento familiar e afins. O que interessa aqui são as escolhas individuais, de um chamado “consumo consciente”, apresentadas como solução para reduzir sua pegada. Porém, já que estamos a usar pegadas como medida de impacto, o mercado poderia ser considerado como uma espécie de “Pé-grande”, com pegadas semelhantes à humana, porém em proporções muito maiores.

Segundo Shove (2003):

As análises inspiradas no ambiente, geralmente enquadradas em termos de contenção, excesso e escolha individual, tendem a se concentrar no consumo de energia, água e outros recursos naturais, mas não nos serviços e experiências que estes tornam possíveis. Ao centrarem-se tão exclusivamente na ação individual, estas investigações não conseguem detectar mudanças culturais e geracionais de expectativas e práticas (*Ibid*, p. 3-4, tradução nossa).

Concentrando o foco nas ações individuais e esmaecendo a questão estrutural e cultural do estilo de vida e hábitos que são “regidos por normas colectivas e realizados num mundo de coisas e sistemas sociotécnicos que têm efeitos estabilizadores nas rotinas e hábitos” (*Ibid*, p. 9, tradução nossa). Os indivíduos são tidos como criaturas isoladas que fazem escolhas, e, portanto, com informação poderão tomar as melhores decisões de forma consciente (*Ibid*, p. 7). No entanto, o consumo verde e a modernização de tecnologias “garante modos de vida e conjuntos de valores que estão no cerne do próprio problema ambiental” (*Ibid*, p. 8).

Nesse sentido, a conclusão em que Shove chega é de que:

Olhando para o futuro, o que as pessoas consideram normal é imensamente maleável. Não existem medidas fixas de conforto e limpeza e é perfeitamente possível que os conceitos futuros sejam menos intensivos em recursos do que os atuais.” [...] Portanto, “Em vez de promover versões de produtos e tecnologias eficientes em termos energéticos e de recursos que, inadvertidamente, sustentam conceitos insustentáveis de serviço, os ambientalistas deveriam defender a diversidade social e cultural (*Ibid*, p. 199, tradução nossa).

Soluções na esfera individual, no âmbito privado, geram, do lado do consumidor, uma falsa consciência de que o problema será resolvido se cumprir a lista de responsabilidades de economizar água, consumir produtos biodegradáveis, menos carne, mais alimentos orgânicos, andar de bicicleta, utilizar *ecobags*, canudos de metal, eco copos e afins. E do lado do capital, uma estratégia para gerar novos nichos de mercado e justificar o crescimento econômico a partir do discurso sustentável. Segundo Shove, se faz necessário “gerar múltiplos significados de conforto, diversas convenções de limpeza e formas de ordem social menos dependentes de modos individuais de coordenação” (Shove, 2003, p. 199).

#### **4.1.1.3 Capitalismo Verde e decrescimento.**

Para manter a roda do capitalismo girando sem abrir mão do extrativismo, mineração, poluição, e descarte de resíduos, surgiu o “EcoCapitalismo” ou “Capitalismo verde”. Utilizando do prefixo Eco, o adjetivo verde e o símbolo de uma folha para lavar a marca, o *greenwashing*. Criando uma aparência sustentável sem que o produto necessariamente seja “ecológico”.

Segundo Everardo Rocha (2006), o fenômeno da publicidade resgata o produto da produção, dando a ele existência, identidade, no mundo das relações de consumo. Os anúncios vendem estilos de vida, sentimentos e visões de mundo. Cabe então a pergunta da motivação dos consumidores por consumir produtos “eco” e “verdes”, e das empresas praticarem o *greenwashing* para venderem produtos que não são de fato o que está sendo apresentado, criando uma falsa aparência de sustentabilidade como estratégia de negócio. Por um lado empresas querem vender, seja o que for, por outro, certos consumidores, que acreditam ser os responsáveis por salvar o planeta através do consumo buscam produtos “ecológicos”. O *marketing* é o que explica a produção, e torna o produto consumível (Rocha, 2006).



Utilizarei como exemplo o “eco copo” da menos um lixo, em diversos de seus aspectos - desde publicidade até composição química -, para ilustrar a problemática do consumo consciente e a narrativa salvacionista e identitária construída em torno dele. O eco copo em questão é um dos símbolos e objeto de desejo de consumo de “consumidores conscientes”. Das lojas que vendem o produto na internet, a grande maioria são *marketplaces* “eco” “para consumidores conscientes e marcas comprometidas em transformar a relação entre as pessoas e o planeta”.<sup>67</sup>

Em uma publicidade<sup>68</sup> do copo, Fê Cortez, idealizadora do menos1lixo informa que em um ano utilizando um copo retrátil não descartável economizou 1618 copos descartáveis, com uma economia de 800 litros de água, visto que cada copo gasta entre 500ml e 3L de água para ser produzido. No momento do vídeo, há 6 anos atrás, eram cerca de 7 mil pessoas adeptas ao copo. Realmente deixar de utilizar copos descartáveis reduz a quantidade de lixo produzida, porém porque não utilizar um copo ou garrafinha que você já possui? Uma nova compra de fato é uma escolha consciente?

A publicidade apresenta o copo como um símbolo da transformação. Retrátil, bonito, útil, prático, colorido e responsável são algumas das características do copo. Já o site<sup>69</sup> é uma plataforma de educação ambiental “sexy”. No vídeo de lançamento o copo é apresentado como “mais que um copinho, é o início de uma transformação do planeta, e ela só acontece se formos muitos, ela só acontece com você”, “compre o copo e veja a transformação acontecer”. As palavras de ordem principal são “você é protagonista”, “faça sua parte” e “cada gesto conta”. Além da transformação ser uma responsabilidade transferida para as pessoas, essa possibilidade de transformação se concretiza, nesse caso, através do consumo do copo.

A publicidade da marca tem um apelo divertido, jovem, sexy, colorido, que seduz os consumidores responsáveis. De fato é responsável ter um *kit* lixo zero comprado novo?

---

<sup>67</sup> Frase retirada do anúncio de um desses *marketplaces*.

<sup>68</sup> As publicidades utilizadas para a análise realizada neste trabalho podem ser encontradas nos seguintes sites: <<https://www.youtube.com/watch?v=xsSZFUCrXdg>>; <[https://www.youtube.com/watch?v=d\\_2TZcCoiU](https://www.youtube.com/watch?v=d_2TZcCoiU)>; <<https://www.youtube.com/watch?v=T48uTXSgvlM>>. Acesso em: 15 jan. 2023.

<sup>69</sup> Disponível em: <<https://www.menos1lixo.com.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2023.

Comecei a me perguntar qual é a composição do produto, como se dá a produção, descarte e decomposição. Acessei cerca de 50 páginas em diferentes *sites*, tanto da própria marca como outros de revenda, em busca dessas respostas. Até o presente momento não foi possível encontrar a composição do produto, apenas que é produzido de silicone alimentício livre de BPA<sup>70</sup>, ftalatos<sup>71</sup> e metais pesados. Em minha busca pela composição e produção do silicone especificado não consegui encontrar respostas precisas. Nos parágrafos seguintes apresentarei brevemente um resgate a respeito da química presente na produção do silicone.

O silicone é composto principalmente de silício e oxigênio, sua fórmula química é  $[R_2SiO]_n$ , em que R é um grupo orgânico. O silício está presente em minerais, normalmente na forma de dióxido de silício ou sílica ( $SiO_2$ ) e de silicatos (compostos contendo silício, oxigênio e metais), podendo ser produzido na forma de silício metálico (metalúrgico) ou na forma de liga ferrossilício. Em 2013 a extração mundial total de silício foi de 7.700 mil toneladas (Carvalho; Mesquita; Rocio, 2014).

Segundo material do Centro Federal De Educação Tecnológica De Minas Gerais<sup>72</sup> os silicões são obtidos em três etapas:

1. Síntese dos clorossilanos
2. Hidrólise dos clorossilanos para silanóis
3. Polimerização / policondensação dos silanóis

Ao longo dessas reações são utilizados diversos catalisadores que aumentam a velocidade da reação, por diminuírem a energia de ativação para que a reação ocorra. O silicone é inerte, ou seja, não reage espontaneamente, e possui uma estabilidade física de  $-40^{\circ}C$  a  $316^{\circ}C$ , por isso o copinho serve para bebidas quentes e geladas. Quanto à decomposição, o material se decompõe em partículas menores de  $(Me_2 Si(OH)_2)$  que se oxidam com o tempo. No entanto, devido à grande

---

<sup>70</sup> Em princípio não compreendi do que se tratava essa sigla, e o interessante é que ela é apresentada na descrição do produto sem nenhuma explicação. Em uma busca rápida pude entender que é um composto utilizado na produção de plásticos e que é nocivo à saúde. Acredito que essas informações bastam para os fins propostos neste trabalho.

<sup>71</sup> Os ftalatos são um aditivo utilizado na produção de plástico com o objetivo de deixá-lo mais maleável, também nocivos à saúde.

<sup>72</sup> Silicone: Síntese, Propriedades e Usos. Disponível em:

<<https://silo.tips/download/silicones-sintese-propriedades-e-usos>>. Acesso em: 27 jan. 2023.

sobrecarga desse composto o tempo para degradação aumenta. Além do fato, de não existir reciclagem para o material no Brasil.

A intenção não era um aprofundamento nas características físico-químicas do silicone, por mais que tenha buscado um maior entendimento do composto, mas sim evidenciar a alta entropia do processo. Ao analisar as etapas é possível perceber que são utilizados diversos catalisadores para aumentar a velocidade das reações. Os catalisadores reduzem a energia de ativação necessária para reação e com isso aceleram os processos. Por ocorrer de maneira mais rápida e com uma interferência externa não prevista há um aumento grande da entropia do sistema.

A entropia diz respeito a uma direção dos processos físicos e, portanto, à irreversibilidade. Toda reação espontânea libera calor (energia) aumentando a entropia, ou seja “a diminuição da capacidade de fazer trabalho” (Ulgiati, 2016, p. 137). Além disso “A variação da entropia em uma transformação irreversível entre dois estados, a e b, é sempre maior do que nas reversíveis (os processos reais na natureza são sempre irreversíveis)” (*Ibid*, p. 138).

A análise de Georgescu-Roegen (1996) sobre a entropia é interessante para lançar o olhar sobre o eco-copo. Segundo ele, a economia não leva em consideração a 2ª lei da termodinâmica. Ele entende a entropia como uma degradação da matéria, o que está diretamente relacionado com a economia na medida em que o crescimento e busca pelo progresso de forma intensiva e acelerada implica na maior e mais intensa exploração de “recursos naturais”. Assumindo que esses recursos e energia são infinitos sem se atentar ao processo entrópico característico das transformações. O crescimento ilimitado não é compatível com matéria finita e em constante transformação.

Retomando ao exemplo do eco copo, segundo informações do próprio fabricante, o copo tem uma vida útil de cerca de 5 anos, com diversos relatos de consumidores alegando rasgar antes desse período. É evidente que durante o tempo de uso muito lixo deixa de ser gerado, no entanto, ao quebrar, rasgar, ou chegar ao fim de sua suposta vida útil, de silicone ele vira mais um lixo. Atualmente o Brasil não recicla silicone e a empresa recebe os produtos que serão descartados e está desenvolvendo um estudo e viabilizando a reciclagem do material no país.

Ainda que a reciclagem venha a ser possível, no contexto atual, ela não rompe com o consumo exacerbado, mas ainda assim aparece como uma solução verde para continuar consumindo. Ademais, o gasto de energia envolvido na reciclagem é de alta entropia, além, de constantemente a cada reciclagem perder matéria física reduzindo a quantidade e qualidade de recursos disponíveis. Pois, os produtos reciclados não foram desenhados para serem utilizados como nutrientes em novos processos, mas sim para serem descartados (Triana, 2021, p. 130; McDonough; Braungart, 2002, p. 83).

Por meio de depoimentos de publicações no Instagram e Youtube, e contato com pessoas próximas que possuem o copo, foi possível notar que o que se vende não é simplesmente um copo. Vende-se uma vida sustentável, sem plástico e prática. E com isso o produto adquire um apelo identitário, sendo apresentado como agente de transformação. A mensagem passada pelo produto é de que ao adquiri-lo estou fazendo a minha parte, como se o lixo fosse produzido apenas por meio do descarte de copos plásticos. Em um dos depoimentos a pessoa dizia que essa era a opção dela de gerar menos lixo. De fato, a quantidade de resíduos descartados reduz muito ao usar qualquer outro objeto durável, porém não basta apenas não utilizar copos descartáveis, até porque comparativamente produzimos muito mais resíduos através de embalagens, por exemplo.

Através da análise deste exemplo foi possível perceber que o objeto transfere características ao portador deste. A mensagem que fica é, a terra está doente e precisamos salvá-la, compre seu copo e está tudo resolvido, agora você é *ecofriendly*, ambientalmente responsável, prático e consciente, viu como é simples? Se fosse fácil assim seria ótimo, mas, como visto, têm muito mais camadas ao longo da cadeia de produção, consumo e pós consumo dentro das dimensões estruturais do sistema econômico vigente.

Diversas críticas vêm sendo tecidas a respeito do DS, uma delas é traçada pelo decrescimento. O decrescimento é uma crítica ao crescimento econômico como objetivo social. Não significa simplesmente consumir menos do mesmo, mas também mudar as estruturas do que e como se consome (D'alisa; Demaria; Kallis, 2016). Além de descolonizar o imaginário do crescimento e desenvolvimento para um futuro comum a todos, que prega uma solução universal em direção a um suposto "progresso", como uma linha evolutiva das sociedades humanas.

A oposição dos decrescentistas ao “desenvolvimento sustentável” se dá por não acreditarem que o crescimento econômico possa ser ambientalmente sustentável, e muitos são contrários à própria ideia de desenvolvimento. “Desenvolvimento”, mesmo que seja limpo de seu pesado sentido histórico, ou embelezado com adjetivos como equilibrado, local ou sustentável, é uma palavra-chave problemática” (D’alisa; Demaria; Kallis, 2016. p. 26). Devido à sua pretensão evolucionista, em direção a um fim pré-determinado, o movimento prefere então utilizar a palavra “florescer” em vez de “crescer” ou “desenvolver”.

Para Serge Latouche, é necessário descolonizar o imaginário da crença do crescimento, desenvolvimento, progresso e todas as categorias fundacionais da economia (*Ibid*, 2016. p. 119). Se faz necessária uma desintoxicação. Uma de suas propostas é denunciar a agressão da publicidade, pois esta é a principal impulsionadora do consumo e crescimento como ideologia. E isso é percebido inclusive em produtos “eco” - ou supostamente “eco” por meio do *greenwashing*, anteriormente apresentado.

#### **4.1.2. O consumo eco não vai salvar o planeta**

Através do exemplo apresentado tive a pretensão de demonstrar como o capitalismo busca vender a salvação do planeta através de produtos e soluções individuais, e a propaganda entra como motor desse consumo. Segundo Lebow (1955):

Nossa economia extremamente produtiva exige que façamos do consumo o nosso modo de vida, que transformemos a compra e uso de mercadorias em rituais, que busquemos nossas satisfações espirituais, nossas satisfações do ego, no consumo. A medida de status social, de aceitação social, de prestígio, encontra-se agora nos nossos padrões de consumo. O próprio sentido e significado de nossas vidas hoje são expressos em termos de consumo. Quanto maiores as pressões sobre o indivíduo para se conformar com os padrões sociais aceitos, mais ele tende a expressar suas aspirações e a sua individualidade em termos do que ele veste, dirige, come - sua casa, seu carro, seu padrão alimentar, seus hobbies (Lebow, 1955, tradução nossa).

Dessa forma, vende-se uma vida sustentável, sem plástico e prática, onde os produtos “eco” adquirem um apelo identitário de agente de transformação. Quando na verdade não será por mais consumo, só que agora de outra forma, que iremos

contornar a crise climática. Como informa Shove (2003), não basta promover novos produtos e tecnologias, mas sim alterar nossos hábitos e a noção de conforto, limpeza e comodidade.

#### **4.2. Evolucionismo e a relação Natureza-cultura no Desenvolvimento Sustentável**

O planeta, esse mundo abstrato compartilhado pelo clube da humanidade (Krenak, 2019), está aquecendo, sendo queimado, saqueado, poluído, esgotado e colonizado. Vemos em nossa frente a possibilidade real de um “fim do mundo”, fim esse que muitos povos já viveram em outros tempos (Kopenawa, 2015).

O desenvolvimento enquanto crescimento e progresso tem diversas implicações que serão tratadas nos parágrafos seguintes, e acredito que muitas outras que não darei conta de abordar. Dentre essas, sobretudo, a pressuposição de um único caminho para uma evolução social, baseada em uma visão evolucionista dentro de um programa pós-colonial, fantasiado por um mito discursivo, visto que em caso do modelo ter sucesso ele levaria à insustentabilidade da vida, pelo menos a humana e algumas outras, na terra. Pois, no momento em que escrevo, caso todo o mundo vivesse como os Estados Unidos, o modelo de país desenvolvido, seriam necessárias 5 terras para satisfazer as necessidades de todos. Apenas com essa informação já é possível perceber que algo está, no mínimo, incoerente nessa forma de vida humana e cultural, que tem impactos diretamente no âmbito da natureza.

O parágrafo anterior apresenta a dicotomia natureza-cultura, a qual ainda tenho dificuldade de romper em minha escrita, visto que a desconstrução mental, ou ideológica e teórica do termo ainda não está acompanhada de uma reconstrução e descolonização tanto do imaginário quanto da construção de novos conceitos que abarquem essa diluição de fronteiras. E esse é um outro aspecto fundamental na narrativa do desenvolvimento e posteriormente, do DS. O par de opostos natureza-cultura. A cultura como sendo este lugar da compreensão da ação humana e natureza onde se dá a ação humana, ou seja, onde o humano age e interfere.

Espero que com essa última frase do parágrafo anterior você tenha notado alguma nuance nessa corriqueira oposição. A Natureza parece existir somente em par, aparentemente oposto a Cultura, ou o Humano, o que, somente por esse fato

mostra que fazem parte do mesmo domínio, impossíveis de se separar completamente (Latour, 2017). Portanto:

não tentem definir apenas a Natureza, pois terão que definir o termo Cultura; não tentem definir somente Cultura, pois de imediato necessitam definir também o termo Natureza. O que significa que não estamos tratando de domínios apartados, e sim falamos de um único e mesmo termo, dividido em duas partes que se encontram ligadas por um forte elástico (Latour, 2017, p. 29).

Nessa narrativa a entidade Natureza é apresentada como um tipo universal, não como o que realmente é - uma visão ocidental que não necessariamente se aplica a outros contextos, realidades culturais, cosmovisões ou mesmo de entendimento biológico de outros seres, sem querer entrar no mérito da ecologia ou relações sociais de animais e meio. A ideia de natureza não é auto evidente e não tem um significado em si, é uma significação cultural e histórica. Que, no entanto, por meio de agendas globais, é estendida como uma categoria universal.

#### **4.2.1. A Natureza “Bio”**

Como conciliar em um mesmo termo genérico o sentido de natureza, esse constructo que por um lado é abstrato, ou seja, uma ideia, e por outro também uma materialidade que é envolta por diversas perspectivas. Por um lado existem biólogos, biotecnologistas, e outros cientistas, que se constituem como deuses que têm como pretensão transformar essa chamada natureza, externa, passível de ser dominada para interesses “humanos”, ou melhor, de certos humanos.

Na série documental da netflix “The Future Of”<sup>73</sup> a cada episódio é apresentado um possível futuro baseado em tecnologias que vêm sendo desenvolvidas. No episódio intitulado “houseplants” a série une “natureza” à tecnologia, onde plantas de casa poderão ser geneticamente modificadas para diferentes usos, podendo ser fluorescente para gerar luz, identificar que você não está tendo um bom sono e liberar fragrância de lavanda, ou armazenar dados, como um HD, em seu DNA. Com a tecnologia CRISPR<sup>74</sup> é possível editar genes de forma precisa, relativamente fácil e barata de sua própria casa, sem precisar ser um

---

<sup>73</sup> Disponível em: <<https://www.netflix.com/br/title/81123425>> . Acesso em: 07 jul. 2023.

<sup>74</sup> O acrônimo CRISPR significa “Conjunto de Repetições Palindrômicas Curtas Regularmente Espaçadas”.

cientista em um laboratório. O que traz implicações na imprevisibilidade do que pode ser gerado por essa manipulação, principalmente pela popularização da tecnologia.

Em uma simples busca encontrei um passo a passo de como realizar uma edição gênica com o CRISPR<sup>75</sup> acessível para toda e qualquer pessoa que queira se aventurar. Aqui não adentrarei nas implicações que isso pode ter e como pode afetar a vida, humana e não humana, e a biosfera. Também não empenharei em discutir aqui a questão de acesso popular às tecnologias, meu objetivo é exemplificar uma forma de relação com o que se entende por natureza. Nesse caso, a humanidade se apresenta como aquela capaz de violar e manipular o domínio da natureza, conforme seus interesses e necessidades. Essa não me parece uma relação amigável, mas sim predatória.

No entanto, o documentário alerta que as respostas da natureza são imprevisíveis, então devemos ter cuidado ao tentar manipulá-la. A natureza é como o externo, imprevisível, feroz, mas capaz de ser domesticada e desvendada pela ciência e a tecnologia. Dessa forma, como tudo no nosso sistema econômico, uma indústria global se cria e passa a dominar os “recursos” biológicos do planeta e transformá-los em produtos ou serviços. Na maior parte das vezes em nome de um suposto bem estar que só poderá se concretizar para alguns poucos, às custas de outras formas de existência humana e não humana.

Essa manipulação se intensifica com a tecnologia, por isso alguns autores dizem que estamos vivendo a era geológica do tecnoceno<sup>76</sup>, e não no antropoceno ou capitaloceno<sup>77</sup>, pois a questão não é necessariamente a ação “humana” de um humano abstrato ou do capital, mas a intensificação das tecnologias na transformação da vida. E, essa transformação intensa, com novas tecnologias é apresentada como uma faceta do progresso. Tecnologia essa que segundo Ailton

---

<sup>75</sup> O trabalho em questão é intitulado “Edição gênica por CRISPR : CAS9 da teoria à prática”, foi coordenado por Mari Cleide Sogayar, Raquel Arminda Carvalho Machado e tem como autores principais: Mariele Santos Moraes-Almeida, Henrique César Jesus-Ferreira; autora correspondente: Raquel Arminda Carvalho Machado; demais autoras: Camila Leal-Lopes, Ana Claudia Oliveira Carreira. São Paulo: Blucher, 2022.

<sup>76</sup> O termo foi originalmente cunhado pelo sociólogo Alf Hornborg *The Political Ecology of the Technocene* (2015)

<sup>77</sup> Autores como Anna Tsing (2021) propõem uma outra noção de Antropoceno, um antropoceno mais que humano, ou de humanos não ocidentais, evidenciando suas formas de ação e reação, e que os processos em curso não estão apenas nas mãos dos humanos.



Krenak, "tem pressa de antecipar a ideia de progresso e futuro. A tecnologia é a ferramenta do tempo"<sup>78</sup>.

Ademais, quando se fala em ciência, Descartes é um dos primeiros nomes que vêm à cabeça, em seu Discurso sobre o método ele elabora sobre uma filosofia prática e útil ao homem:

[...] mediante a qual, conhecendo a força e as ações do fogo, da água, do ar, dos astros, dos céus e de todos os outros corpos que nos rodeiam, tão distintamente como conhecemos os diversos ofícios de nossos artesãos, poderíamos empregá-los do mesmo modo em todos os usos a que são adequados e assim nos tornarmos como que senhores e possesores da natureza (Descartes, 1996, p. 69).

Uma das maiores contribuições de Descartes para a ciência é a aplicação do método científico, sistemático e racional, para investigar a natureza. O que possui fortes influências até hoje, principalmente nas ciências "duras". No entanto, o que pode desencadear e representar uma ciência que produz desenvolvimento e tecnologia embasada na mentalidade, implícita ou explícita de possuidor da natureza?

No livro Primavera silenciosa Rachel Carson (2010) apresenta os efeitos do uso de pesticidas e outros químicos no meio ambiente e na saúde humana, ou seja, à vida. Neste ela afirma que:

O 'controle da natureza' é uma frase que exprime arrogância, nascida da era Neanderthal da biologia e da filosofia, quando se supunha que a natureza existisse para a conveniência do ser humano. Os conceitos e as práticas da entomologia aplicada datam, em sua maior parte, da Idade da Pedra da ciência. Nossa preocupante tragédia é que uma ciência tão primitiva tenha-se armado com as mais modernas e terríveis armas, e que, ao voltá-las contra os insetos, tenham-nas voltado também contra a Terra (Carson, 2010, p. 249).

E, retomando a série "The Future Of", uma das transformações apresentadas para as plantas do futuro é que exista uma modificação genética que libera toxinas para as chamadas "pragas" ou mesmo liberam uma descarga elétrica. O que se

---

<sup>78</sup> Fala realizada em conferência no ciclo Tempos Presentes, promovido pela UFMG. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ailton-krenak-a-ciencia-sempre-existiu-fois-sempre-houve-a-es-curidao-que-devemos-atravesar>>. Acesso em: 06 jun. 2023.

pauta nas mesmas justificativas da criação do DDT (dicloro-difenil-tricloroetano) e outros químicos na “guerra da humanidade contra a natureza” (*Ibid*, p. 23)

A biotecnologia tem um diálogo íntimo com a ficção científica e com um futuro de progresso que se pretende universal. Ninis (2011) em sua tese de doutorado dialoga com Haraway para essa discussão, informando que:

para Haraway (2000, *Apud* Ninis, 2011), o limite entre a ficção científica e a realidade social é uma ilusão. Haraway afirma que os discursos científicos e as novas tecnologias se esforçam para serem legitimados pela sociedade. Neste sentido, as narrativas de ficção científica têm o poder para inscrever essa legitimação sobre a sociedade. Como um processo de aprendizagem social, essas narrativas de legitimação introduzem instrumentos e conceitos essenciais à aceitação social das novas tecnologias, tornando-se um veículo ideológico e instrumento de poder (Ninis, 2011, p. 21).

Dessa forma, a ficção científica e outros materiais audiovisuais e literários sobre ciência e tecnologia revelam a visão mecanicista, instrumental e utilitária da natureza, que deve ser manipulada por cientistas com jaleco branco em um laboratório (*Ibid*, p. 36). Os exemplos podem ser um pouco ficcionais, com base na série documental futurista, no entanto essa visão está muito presente nos nossos dias, seja na forma de entretenimento ou na forma de consumirmos. Exemplo disso é a alimentação, nosso consumo mais primário, que foi fundamentalmente reconfigurada pós revolução industrial, com a introdução de novas tecnologias como mecanização, fertilização, refrigeração, conservação e outras, vinculadas também à logística e transporte e produção científica de pesquisa (*Ibid*, p. 46).

Após a Segunda Guerra Mundial, substâncias que eram utilizadas como armas químicas passaram a ser utilizadas como insumos agrícolas, tornando-se a base da revolução verde (Carson, 2010, p. 29). O que desencadeou uma grande transformação no modo de produzir alimentos, passando a ser um modelo de negócio altamente industrializado, baseado no monocultivo em larga escala.

Além de fertilizantes e agrotóxicos, a engenharia genética aplicada à agricultura para produção de variedades vegetais e animais geneticamente modificadas, ou “melhoradas” como costumam dizer, foi também essencial para a produção, e também para a concentração de capital (Ninis, 2011, p. 47). O que é

legitimado com a retórica de que não existe outra forma de alimentar a humanidade sem esse aparato tecnológico (*Ibid*, p. 49).

Por outro lado, ou ao mesmo lado, a indústria farmacêutica, que produz as curas - e as doenças, está cada vez mais próxima da indústria alimentar. Exemplo disso é a aquisição da Monsanto pelo grupo Bayer em 2018<sup>79</sup>. A Bayer, empresa química e farmacêutica se une à Monsanto, multinacional da área da biotecnologia e agricultura, uma parceria um tanto quanto inusitada, visto que diversos produtos químicos da empresa, como o DDT<sup>80</sup>, são letais (Carson, 2010, p. 31), não por acaso, a indústria tem origem na Segunda Guerra Mundial.

Tudo isso para demonstrar como essa maneira de compreender e se relacionar com o ente “natureza” está presente em nossas vidas cotidianas. Nossos vegetais vêm de plantas geneticamente modificadas com alto nível de uso de herbicidas, inseticidas e agrotóxicos, e a carne é proveniente de animais geneticamente selecionados e “melhorados”, com uso de antibióticos e outras substância para proteção às doenças, suscitadas pelas condições de vida desses animais, e qualidade da carne. Tudo isso em nome de uma suposta segurança ou limpeza, como poderia dizer Shove (2003), mas, na verdade, os benefícios e riscos se esmaecem no horizonte da biotecnologia.

Essa forma utilitarista e cientificista de interpretação da natureza, como um recurso a ser explorado, está diretamente relacionada à pretensa visão hegemônica da Agenda 2030. A visão utilitarista da natureza na biotecnologia muitas vezes se concentra em aproveitar os recursos naturais para atender às necessidades humanas, como aumentar a produtividade agrícola, desenvolver medicamentos mais eficazes e solucionar problemas de saúde<sup>81</sup>. Essa abordagem utiliza-se do discurso

---

<sup>79</sup> Para saber mais acesse:

<<https://www.bayer.com.br/pt/midia/bayer-conclui-a-aquisicao-da-monsanto-0>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

<sup>80</sup> Para saber mais acesse:

<<https://www.brasildefato.com.br/2016/06/13/os-12-produtos-mais-perigosos-criados-pela-monsanto/>>. Acesso em: 08 jun. 2023.

<sup>81</sup> A própria Monsanto, apresentada anteriormente, está na “vanguarda da sustentabilidade do agronegócio” de acordo com o Pacto Global (Disponível em:

<<https://www.pactoglobal.org.br/noticia/195/na-vanguarda-da-sustentabilidade-do-agronegocio-no-mundo>>. Acesso em: 13 jun. 2023) e, segundo o site da Bayer, sua estratégia de sustentabilidade está alinhada à agenda 2030 (Disponível em:

<<https://www.bayer.com/pt/pt/sustentabilidade-e-responsabilidade/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods-da-onu>>. Acesso em: 13 jun. 2023). Não tenho a pretensão de fazer uma análise aprofundada do discurso e práticas de sustentabilidade da empresa, apenas pontuo como um exemplo.

de que a natureza é manipulada e explorada para melhorar a qualidade de vida humana.

#### **4.2.2 . A Natureza como recurso natural**

Na narrativa do Desenvolvimento Sustentável isso não é diferente. Desde o relatório de Brundtland, a natureza é apresentada como “recurso natural”, ou seja, dentro de uma lógica capitalista de recurso a ser explorado para interesses humanos. E, na Agenda 2030 a manipulação da natureza se dá para melhoria da vida humana, ou ambiental, mas sempre com um objetivo final: o humano. Exemplo disso é apresentado em um dos eixos da Agenda, em seu preâmbulo. O eixo Planeta informa que “Estamos determinados a proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras” (ONU, 2015, p. 2). Ou seja, o planeta deve ser protegido para suportar a atividade humana presente e futura. Uma visão claramente utilitarista.

Além disso, o planeta é apresentado como algo que precisa de proteção, defesa, cura, e que nós, seres humanos, podemos salvá-lo. Nesse cenário épico, uma das características mais marcantes dos documentos referentes à Agenda 2030 é a presença de referências ao fardo da pobreza e à inclusão de todos os humanos, garantindo que ninguém “fique para trás”.

Estamos decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza e da penúria e a curar e proteger o nosso planeta. Estamos determinados a tomar as medidas ousadas e transformadoras que são urgentemente necessárias para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente. Ao embarcarmos nesta jornada coletiva, comprometemo-nos que ninguém seja deixado para trás (ONU, 2015, p. 1).

No entanto, a agenda pretende unificar todos os grupos humanos em uma categoria unificada de raça humana, que supostamente possui os mesmo objetivos e pretendem alcançá-los da mesma maneira. Essa maneira, inclusive, foi mapeada pela agenda, que informa no parágrafo 53 que:

O futuro da humanidade e do nosso planeta está em nossas mãos. Também está nas mãos da geração mais jovem de hoje, que vai passar a tocha para as gerações futuras. Temos mapeado o caminho para o desenvolvimento

sustentável; será para todos nós, para garantir que a jornada seja bem-sucedida e seus ganhos irreversíveis (ONU, 2015, p. 16).

Ou seja, um caminho comum, em que todos devem seguir, sem precedentes, e ninguém será deixado para trás. Todos devem ser arrastados pelo rolo compressor do DS, quer queira ou não, quer possuam a mesma interpretação de vida e futuro ou não.

Ademais, em nenhum momento a agenda se questiona se por acaso existem outras formas de conceber o que se configura como humano ou natureza. Para ela, essa forma já está dada como óbvia e o fim desse progresso, onde a humanidade será feliz para sempre, já foi concebido e, por isso, não há espaço para outras formas de chegar lá.

Duas questões emergem dessa análise: a pretensão de uma forma comum e universal de interpretação do que vem a ser natureza, e a ideia de futuro, seja ele catastrófico, o fim do mundo, ou de salvação para a humanidade e planeta caso as metas dos ODS sejam atingidas;

A questão das populações e povos indígenas, originários e comunidades tradicionais é uma falha de inclusão tanto conceitual como populacional. No sentido de que a partir do momento que existe um futuro comum idealizado as formas de existência precisam ser padronizadas para chegar lá, algo estreitamente ligado a uma espécie de evolucionismo. E, dessa forma, exclui conceitualmente e cosmologicamente outras formas de interpretação da vida, ao homogeneizar tudo e todos em um mesmo clube da humanidade (Krenak, 2019) , em que todos pensam igual e pretendem os mesmos objetivos.

#### **4.2.3. Outra Natureza**

Philippe Descola (2012) no livro “más allá de la naturaleza y cultura” questiona a visão dualista moderna de natureza-cultura, onde o mundo natural está rigidamente separado do mundo social. Distinção essa que influencia nossa forma de ver e interagir com o mundo. No entanto, a proposta de Descola é apresentar como essa dicotomia é uma construção cultural, e não uma verdade universal, como fomos induzidos a acreditar.

A partir de um extenso trabalho junto a povos amazônicos e etnografias de outros antropólogos, Descola apresenta a diversidade de concepções e práticas

culturais em relação ao mundo natural. Demonstrando como diferentes sociedades têm ontologias distintas, ou seja, formas particulares de conceber a realidade e as relações entre humanos, animais, plantas e outros seres. Essas relações são construídas e negociadas socialmente.

O naturalismo ocidental se baseia em uma ontologia dualista onde a natureza é vista como objeto externo e passivo. Essa visão é construída por uma soma de fatores, da religião à ciência. No capítulo 3 do livro “más allá de la naturaleza y cultura”, Descola (2012) apresenta como se deu essa divisão. Ele informa que com a revolução mecanicista do século XVII o mundo passa a ser representado como uma máquina que as engrenagens podem ser desmontadas pelos cientistas, e tecnologias como o microscópio (1590) e o telescópio (1605) permitiram uma nova relação com o mundo (Descola, 2012, p. 108).

O cristianismo também tem um papel central nessa dicotomia (*Ibid*, p. 114) e influencia diretamente a concepção ocidental do mundo, principalmente devido à colonização. Esta inicia-se na gênese do mundo, em que deus, cria a natureza - não é a natureza, e no sétimo dia cria o humano à sua imagem e semelhança, como um ser superior que deve cuidar da criação de deus. Esse domínio e autoridade sobre a natureza pode ser percebido tanto no consumo, como o exemplo do eco copo, como na agenda 2030 como um todo, na qual aos humanos é dada a responsabilidade de “curar e proteger o nosso planeta” (ONU, 2015, p. 1), através da administração “correta” via metas e objetivos, e mensuração de sucesso via indicadores.

Por outro lado, a revolução científica do século XVII legitimou a ideia de uma natureza mecanizada e explicada por leis (Descola, 2012, p. 118), e no século XIX o conceito de sociedade começa a tomar corpo, como uma totalidade organizada, em oposição à natureza. Nesse contexto, Taylor em 1971 define a cultura como característica distintiva da condição humana (*Ibid*, p. 23), e em seguida Kroeber a apresenta como uma entidade superorgânica. Dessa forma, a Antropologia do século XX pôde ser implantada como o estudo das realidades culturais enquanto oposto ao estudo das realidades naturais (Descola, 2012, p. 130).

A antropologia reivindica então sua autonomia na ciência por ter como objeto de estudo a cultura, ou as culturas. Entendida como o sistema de mediação com a natureza que a humanidade foi capaz de inventar (*Ibid*, p. 131). Baseada na crença

de que todas as sociedades representam compromissos entre natureza e cultura. Dessa forma o dualismo é constitutivo da antropologia.

No entanto, a antropologia nasce do dualismo, tendo como foco o estudo da cultura, mas ao estudar as diferentes formas de vida se depara com uma não separação de natureza e cultura. Aquilo que ela se propõe a estudar, a cultura, não se apresenta como fragmentada na maior parte das realidades. A natureza e a cultura se encontram e se fundem no estudo da cultura de outros povos.

Dessa maneira, Descola (2012) provoca se é plausível incluir nos universais uma oposição entre natureza e cultura cuja antiguidade remonta a mais de um século? (*Ibid*, p. 140). A oposição natureza-cultura só assumiu sua forma definitiva e eficácia operacional no séc XX, sendo assim, nem nossos bisavós sabiam que natureza se distinguia de cultura. Nós fizemos, e continuamos a fazer continuamente um “trabalho de purificação para garantir a separação dos humanos e não humanos em regiões ontológicas separadas” (*Ibid*, p. 142). Nesse sentido:

Lo que diferencia a los humanos de los no-humanos es, a nuestro criterio, la conciencia reflexiva, la subjetividad, el poder de significar, el dominio de los símbolos y el lenguaje por medio del cual esas facultades se expresan, así como se considera que los grupos humanos son capaces de distinguirse unos de otros por su manera particular de valerse de esas aptitudes, en virtud de una especie de disposición interna que durante mucho tiempo se ha dado en llamar “espíritu de un pueblo” y que hoy preferimos denominar “cultura” (*Ibid*, p. 262).

Descola faz uma jornada etnográfica e histórica como testemunho da consciência de que certas discontinuidades entre humanos e não humanos não bastam, por si só, para gerar uma cosmologia dualista (*Ibid*, p. 142). Demonstrando que:

Contrariamente al dualismo moderno, que despliega una multiplicidad de diferencias culturales contra el fondo de una naturaleza inmutable el pensamiento amerindio considera que la totalidad del cosmos está animada por un mismo régimen cultural diversificado, si no por naturalezas heterogéneas, cuando menos por maneras diferentes de aprehender unos a otros. El referente común a las entidades que habitan el mundo no es, por consiguiente, el hombre en cuanto especie, sino la humanidad en cuanto condición (*Ibid*, p. 36).

A maior parte dos povos, “da selva da Amazônia às extensões geladas do Ártico canadense” (*Ibid*, p. 44), concebem sua relação com o meio ambiente de uma maneira muito diferente da nossa. Se pensando enquanto componentes do conjunto. Dessa maneira, não compartilham a ideia de separação.

muchos pueblos se muestran reacios a la idea de una separación tajante entre su medioambiente físico y su medioambiente social; para ellos, esos dos ámbitos que nosotros solemos diferenciar no son más que facetas apenas contrastadas de un continuum de interacciones entre personas, humanas y no-humanas. ¡Vaya novedad!, se dirá. ¿Acaso América y Asia oriental no forman parte de un mismo phylum cultural? (*Ibid*, p. 48).

A conclusão que se chega a partir do trabalho de Descola (2012) é que a forma que o ocidente moderno representa a natureza é o menos comum no mundo. Em muitas regiões não se concebe a ideia de que os humanos e não humanos se desenvolvem em mundos comunicáveis e separados, independente das características ecológicas, sociais, políticas, econômicas ou técnicas (*Ibid*, p. 64).

No entanto essa divisão é também apresentada como uma ilusão, pois

[...] los modernos, en la práctica, jamás se ajustaron a la distinción radical que funda su representación del mundo. Esa es la hipótesis original propuesta por Bruno Latour: desde la revolución mecanicista del siglo XVII, la actividad científica y técnica no habría cesado de crear mezclas de naturaleza y cultura dentro de redes de arquitectura cada vez más complejas en las que los objetos y los hombres, los efectos materiales y las convenciones sociales, estarían en una situación de traducción mutua (*Ibid*, p. 142).

#### **4.2.3. Outro Futuro**

A Agenda 2030 através de seus 17 objetivos de 169 metas associadas, direciona um plano de futuro. 2030 é o marco temporal para o alcance dos objetivos propostos, o que tem implicações práticas, visto que exige alocação de recursos e implementação de ações concretas para o alcance. A Agenda 2030, é um compromisso da busca por esse outro futuro comum de um mundo melhor, que tenha recursos necessários para a sobrevivência humana. Representando, e buscando estabelecer, um caminho para o futuro sustentável, tanto para as gerações presentes quanto para as futuras gerações.



O documento da agenda informa ser um “plano de ação” para transformar o mundo, trazendo fortemente a ideia de futuro, futuro este que “está nas nossas mãos” e é o “futuro que queremos”. Através da agenda 2030 “nós, os povos”, estamos “embarcando [...] na estrada para 2030”. Essa jornada, ou seja, o caminho para o desenvolvimento sustentável já foi mapeado (ONU, 2015, p. 16), então é apenas seguir a agenda 2030 que chegaremos a esse mundo melhor.

Mas, acredito que, à luz do que foi apresentado anteriormente, a respeito da agenda de DS como um documento que guia uma jornada com destino predeterminado e com noções particulares de natureza e humanidade, se faz necessário realizar algumas indagações. Quem é o “nós” dessas ações, tanto agente quanto alvo? O que significa mapear um caminho para chegar a esse futuro utópico? Essa narrativa apresenta uma uniformização humana, como o clube da humanidade (Krenak, 2019) já apresentado, e por outro lado uma universalização de onde esse nós abstrato quer chegar e como chegar lá, não tendo a opção de não querer esse futuro comum pois ninguém pode ser deixado para trás. Ou seja, um trajeto linear e necessário que todos devem percorrer.

Tal narrativa me soa como um evolucionismo com uma nova indumentária. Que em busca de um outro futuro comum à humanidade, em nome do fim da pobreza, fome, crescimento econômico, proteção dos recursos naturais e etc - o futuro sustentável - atropela outras possibilidades de futuro. Sendo extremamente problemática pois impõe uma visão linear de evolução, progresso, ou desenvolvimento, que rouba o imaginário de futuros possíveis, sedimentando um só caminho.

Ingold (2015) ao falar sobre a educação da atenção e o caminhar faz uma analogia com o dédalo e o labirinto. O labirinto revela, o caminho leva, mas é importante estar atento aos “sinais mais sutis – pegadas, pilhas de pedras, entalhes nos troncos das árvores – que indiquem o caminho adiante” (Ingold, 2015, p. 26). Já o dédalo, oferece um único caminho, e ao oferecer um único caminho ele fecha o mundo pois tem apenas uma via, e portanto não abre alternativas (*Ibid*, p. 25). No dédalo há paredes em todos os lados, paredes “repletas de propagandas, vitrines e coisas do tipo, que informam os pedestres sobre possíveis caminhos laterais que possam escolher tomar – e que, quando a oportunidade se apresenta, podem satisfazer seus desejos” (*Ibid*, p. 25).

Ingold (2015) apresenta a comparação entre navegar no dédalo e vagar no labirinto para falar da educação, aqui proponho utilizar dessa metáfora para pensar a agenda 2030. O caminho proposto pela agenda se assemelha a navegar em um dédalo, um trajeto que tem um objetivo (ou 17) bem definidos e intencionais. Não há aprendizado, não há atenção ao caminho, basta seguir as instruções e cumprir metas. E, além disso, as paredes estão repletas de propagandas. Propagandas essas, que assim como o eco-copo, nos dizem que através do consumo “nosso” desejo de um mundo melhor poderá ser alcançado.

Isso pode ser percebido na Agenda devido ao seu viés de que a proteção do planeta se dará por meio da produção e consumo “sustentáveis” para o crescimento econômico. Pois o crescimento econômico, que depende do consumo, resultará na geração de emprego e renda e conseqüentemente ao fim da fome, pobreza e miséria. E, se nossa identidade social, nesse cenário, é de trabalhadores e consumidores, a forma que essa humanidade teria de “salvar o planeta” também só pode se dar pela produção e consumo.

No entanto:

O sistema que precisa crescer produzindo e consumindo sempre mais e mais precisa criar sempre novas necessidades, o que significa que também não se busca limites para o indivíduo que consome, para suas necessidades. Isto é, não há sossego, não há um limite considerado suficiente na atitude de consumo (Triana, 2021, p. 25).

Nesse sentido a educação, e a educação ambiental, passa a ter uma missão de reverter a crise, exigindo dos cidadãos mudanças individuais de hábitos, como o consumo consciente, coleta seletiva, reciclagem (Layrargues, 2012, p. 393), sem necessariamente realizar, ou permitir o florescimento, de mudanças estruturais. Na Agenda 2030, o ODS 4 diz respeito à educação de qualidade, a meta 4.7 informa que é necessário:

Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015, p. 23).

Na nossa sociedade a educação se apresenta como uma ferramenta fundamental para a construção de um futuro, é a base para que possamos mudar a realidade. No entanto, essa mudança sempre se dá a partir da percepção do adulto, ou seja, o caminho já foi mapeado, é só a criança seguir. Porém, como Krenak (2022) informa, as crianças são seres inventivos, cheios de subjetividade, e nós, através da educação, queremos formá-los, moldá-los, isso é uma violência muito grande pois “estamos podando os espíritos que poderiam trazer muita novidade para a Terra. No lugar de produzir um futuro deveríamos recepcionar essa inventividade que chega através de novas pessoas” (Krenak, 2022, p. 100).

Nosso sistema educacional aborda as crianças com a visão de mundo dos adultos e não permite que elas tenham “suas experiências com a água, rio, fogo, com tudo, para que elas sejam um elemento de transição global, de mudança de mentalidade do mundo” (*Ibid*, p. 109), sendo até mesmo um crime previsto pelo artigo 246 do código penal. A educação formal isola as crianças da sala de aula para serem alfabetizadas e não permite a relação com o mundo externo, pela experiência, e pela atenção (Ingold, 2020).

Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta, faz chover [...] (Krenak, 2019, p. 26).

O futuro não existe, nós o imaginamos (*Ibid*, p. 26), mas ao delinear um futuro único possível, acabamos construindo justamente “aquilo que Chimamanda Ngozi nos recomenda evitar: um mundo com uma narrativa única” (*Ibid*, p. 97), fazendo com que pareça impossível imaginar “camadas de mundo, nas quais as narrativas sejam tão plurais que não precisamos entrar em conflito ao evocar diferentes histórias de fundação” (Krenak, 2022, p. 32) ou possibilidades de futuro.

Essa máxima de que é possível achatá-los todos os mundos em um plano com 17 objetivos e 169 metas para a dignidade humana parte da ideia de que somos todos filhos de deus (Sachs, 2000, p. 357). Diante disso, “gênero humano” tornou-se o denominador comum que unia todos os povos, reduzindo as diferenças quanto à cor de pele, às crenças e aos costumes sociais. (*Ibid*, p. 357). Mas isso não anulou a

ideia de outros, os selvagens eram aqueles que viviam no presente mas vistos como uma criança na humanidade, devido ao seu suposto “estágio evolutivo”, e na metade do século XX o termo subdesenvolvido tomou lugar do selvagem (*Ibid*, p. 358).

Em um primeiro momento, a busca pela paz aniquila a diversidade, pois apenas a harmonia humana levaria à paz. Mas, com o DS, e a busca pela sobrevivência da espécie humana no planeta, o que passa a unir os povos deixa de ser a civilização e o mercado, e passa a ser a “interdependência dos sistemas biofísicos de sustentação da vida” (*Ibid*, p. 363).

Aos humanos, como entidade abstrata, é dada a missão de “curar e proteger nosso planeta” (ONU, 2015, p. 1), pois são necessários “recursos naturais” para a sobrevivência da espécie. Porém essa máxima é ancorada na ideia de um mundo onde só o humano age, e, de acordo com Krenak (2022, p. 37) “essa centralidade silencia todas as outras presenças”<sup>82</sup>. Para o povo Kuna o nascimento de uma criança implica em identificar aquele corpo que chega com uma árvore, todos os bosques de Kunayala são formados por pessoas, tem nome, porque cada planta coincide com alguém que nasceu ali. O cordão umbilical é enterrado no ato de plantar, então criança e planta compartilham o mesmo espírito (*Ibid*, p. 38-39). Esse exemplo, de outra forma de estar no mundo, demonstra que não há fronteira entre humano e outros organismos que estão ao seu redor, mas “a gente se convenceu que somos uma coisa chamada gente” (*Ibid*, p. 39).

E essa gente somos nós,

os únicos chatos do planeta que querem prevalecer na face da terra a todo custo e claro não entrar na lista de extinção de jeito nenhum” porém “não somos os donos da chave nem seremos os últimos a sair, aliás acho antes que seremos postos para fora por incompetência e inadimplência, abuso e todo tipo de prevaricação em que a gente se meteu em favor da ideia de prolongar nossa própria vida (Krenak, 2022, p. 54).

A agenda 2030 evidencia esse desejo de salvar a espécie humana, ou um tipo de humano, e por consequência, talvez para alguns infelizmente, precisamos também salvar o planeta, pois a nossa vida depende de outras vidas.

---

<sup>82</sup> Algo que foi mencionado anteriormente também, tendo como referência Tsing (2021) e a noção de antropoceno mais que humano.

Nesse cenário, a plataforma urbana, ainda que cidades sustentáveis (ODS 11), se apresenta como o único destino possível para os humanos, e “essas epistemes, produzidas a partir de um lugar específico de pensar o mundo, vão ditando a ideia do que é sujo em oposição ao que é limpo” (*Ibid*, p. 60). E,

nesta distopia em que o que não é cidade, que não é saneado, o que não é limpinho, a gente elimina do mapa. Nessa direção, a floresta, os bosques, os ecossistemas vivos, com sua capacidade óbvia de produzir vida e também vírus vão se constituir em lugares que devem ser cercados para não contaminarem as cidades (*Ibid*, p. 61).

Dessa forma pode-se concluir que o DS e a Agenda 2030 abordam como questão estruturante e transversal o tempo, o tempo que está por vir, em uma perspectiva linear, que considera apenas as gerações futuras e anula a ancestralidade. Ailton Krenak vem trazendo para o debate, há alguns anos, a ideia de Futuro ancestral, o que em um primeiro momento pode parecer uma oposição mas faz pleno sentido principalmente para sociedades em que o tempo não é linear como o que estamos acostumados. Segundo Krenak, para algumas tradições o presente é aqui, o tempo é espiralar, “o que vai acontecer amanhã pode estar acontecendo hoje. E pode ter acontecido com nossos avós”<sup>83</sup>.

Na perspectiva de tempo linear, o termo futuro se refere ao que está por vir, ou seja, está além do presente, ainda não aconteceu, e por isso podemos apenas inventá-lo em nosso imaginário. Enquanto a noção de ancestralidade, dificilmente levada a sério pela modernidade ocidental que valoriza a ideia de progresso em direção a um futuro, é vista como algo a ser superado.

A busca incessante pelo desenvolvimento, inovação e descobertas científicas, na maior parte das vezes renega aqueles que pisaram nesta terra antes de nós, e que, como Descola (2012) aponta, tinham uma outra noção da dicotomia natureza-cultura. Mas, para os modernos essa visão é obsoleta e não nos serve no mundo desenvolvido. A ancestralidade parece ameaçar a modernidade, como um filho rebelde que não ouve os ensinamentos de sua família. Segundo Krenak:

A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e

---

<sup>83</sup> Fala de Krenak em entrevista na serie de podcast Os futuristas. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=j75EkhDAmTI>>. Acesso em: 08 jul. 2023.

jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos (Krenak, 2019, p. 9).

A perspectiva de um futuro ancestral rompe com a perspectiva linear. Podemos nos perguntar “como um futuro pode ser ancestral?”, mas por outro lado outros povos se perguntam o contrário, “como pode um futuro não ser ancestral?”. Ao longo de todo processo de vida da espécie humana a sabedoria vem sendo acumulada, e, pasmem, isso não se deu apenas através da escrita. Nesse sentido, a sabedoria e a educação, não nos moldes escolares, se dá pela experiência e pelo compartilhamento, por isso os povos tradicionais têm um respeito tão grande por seus anciãos, e por isso o sonho das crianças é ser idoso. Os idosos são os que fazem a ligação entre o passado, presente e futuro.

Em nenhum momento da Agenda 2030 é falado dos nossos anciãos, dos saberes acumulados, e sim de progresso e desenvolvimento, sempre olhando para frente, e para as gerações futuras. E essa lógica de futuro colonizador se apresenta como uma tendência global, que de acordo com Krenak é uma narrativa Disney de que o futuro será brilhante, enquanto, por outro lado, a experiência tem nos mostrado que as coisas estão a piorar se continuarmos dessa forma<sup>84</sup>.

E, assim, o futuro é roubado, seja pelo crescimento acelerado que atropela a experiência da vida, ou por não admitir a existência de outro caminho, outros tipos de humanos (e não-humanos) e outros objetivos para a Terra e para a humanidade. Um futuro que não rompe com o modelo de desenvolvimento predatório e violento onde a roda do consumo continuará girando, mas um pouco mais verde e com uma folha em sua publicidade.

Por outro lado é importante nos perguntarmos quem tem existido de forma “sustentável”? São os que o ideário de desenvolvimento chama de atrasados, pobres, selvagens. São esses que mantêm o sustento da vida. Se não fosse por essa forma de vida que resiste ao desenvolvimento, este já teria consumido tudo que tinha à sua frente e transformado em cidade de ferro e cimento para transformar em dinheiro.

---

<sup>84</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=j75EkhDAmTI>>. Acesso em: 08 jul. 2023.

Por isso, acho razoável propor que essa forma de imaginar um futuro ancestral que desafie o futuro linear planejado é uma ameaça ao capital. Pois não vê a natureza como um recurso a ser explorado para fins econômicos e não compartilha da perspectiva de um desenvolvimento linear que busca o progresso, mas olha para o passado e o enxerga também como presente e futuro.

Nós, da cidade, onde ninguém nos contou que podemos olhar para a natureza de outra forma estamos imersos nessa colonização do imaginário de um futuro onde teremos um mundo melhor, ou um cenário apocalíptico em que o mundo vai acabar, estamos nos afastando do que está ao nosso redor, sem olhar com atenção para o caminho, vagando em um dédalo, cegos pela publicidade. Precisamos, como sociedade, compreender que “estamos em um jogo de cartas marcadas” (Kothari *et al*, 2022, p. 93). Esse é “um desafio filosófico e político muito sério, pois o desafio é dismantelar as presunções de pensamento e ação que internalizamos, muitas vezes sem que tenhamos consciência, mas que moldam nossa mente” (Grzybowski, 2000, p. 221) e, por consequência, nosso futuro.

#### **4.3. Breves considerações de “pra que serve” a antropologia**

O futuro não existe, uma das formas de imaginá-lo é através do DS. Porém, nesse futuro parece não caber outros mundos. Segundo Krenak (2022) “os antigos diziam que quando a gente botava um mastro no chão para fazer nossos ritos, ele marcava o centro do mundo. É mágico que o centro possa estar em tantos lugares” (Krenak, 2022, p. 37). Mas, com o centro do mundo sendo o ocidental, o desenvolvido, a universalização e a planificação das formas de vida, não permite outros mundos.

Compreender isso, a partir da antropologia, me faz tatear uma antropologia aplicada, não ao desenvolvimento, mas às formas de vida. Nós antropólogos estudamos e aprendemos com pessoas, com seres no sentido mais amplo, e esse aprendizado deveria nos dar o direito de falar com nossos corações e mentes e não os dos nossos professores ou em nome dos povos que estudamos (Ingold, 2019, p. 63). Podemos trazer a riqueza da experiência humana ao debate, mas para isso precisamos estar lá, se não outros preencherão esse vazio (*Ibid*, p. 63).

O que realizei neste trabalho não foi puramente uma etnografia, visto que, de acordo com Ingold (2011) “o objetivo da etnografia é o de descrever as vidas de

outras pessoas além de nós mesmos, com uma precisão e sensibilidade afiada por uma observação detalhada e por uma prolongada experiência em primeira mão” (Ingold, 2011, p. 327). Por outro lado, “o objetivo da Antropologia é [...] buscar uma compreensão generosa, comparativa, mas, nada obstante, crítica do ser e saber humanos no mundo que todos habitamos” (*Ibid* p. 327). Não era o objetivo do Ingold, nem o meu, dizer que uma é mais importante que outra, mas sim que não são a mesma coisa.

A antropologia é então uma investigação sobre as condições e possibilidades de existência, e por isso é necessária para o estudo do DS visto que este deixou de fora todas as experiências de outros habitantes da terra que não os ocidentais e seus desejos de futuro. É necessário abalar essas noções de verdade universal que estão contidas dentro da narrativa de DS, como ingênuas e salvacionistas. Digo isso como antropóloga e nativa que teve fundamentos abalados também ao longo dessa pesquisa.

Além de uma etnografia fiz um exercício de lançar um olhar antropológico para uma suposta possibilidade única, perfeita, e amplamente aceita de futuro, a fim de mostrar que a Terra contém outros habitantes que não têm necessariamente essa visão, podem não querer esse futuro, ou não fazer parte dessa dita humanidade. Fico me perguntando como, em 2015, os formuladores da agenda 2030 foram tão ignorantes ou perversos de não olhar para os outros povos que aqui habitam.

Percebo, como atuante no contexto de impacto que foi apresentado no capítulo dois, que a antropologia é fundamental para “aplicar o peso da experiência humana, em todas as esferas da vida, às questões sobre como forjar um mundo digno para as gerações futuras habitarem” (Ingold, 2019, p. 60). Com este trabalho, espero ter conseguido demonstrar a potência da antropologia para pensar questões acerca do DS, podendo esta ser uma maneira de contribuir para a construção de um mundo onde há lugar para todos (Ingold, 2019, p. 72).



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi gestado por incômodos do habitar em uma cidade onde a humanidade se acomodou e criou paredes de concreto e vidros que a separam, e protegem, da natureza. Essa pseudo desconexão, ou des-envolvimento, que evidencia e justifica a dicotomia natureza-cultura é o que moveu esta pesquisa. Pude perceber que o desenvolvimento, com o adjetivo “sustentável” ou qualquer outro, está nos moldes do capital, e por se basear na exploração da vida depende de des-envolver, rompendo ligações e criando distinções de classe ou ontológicas, no caso da invenção do clube da humanidade que está separada da natureza mas depende dela como recurso para satisfazer suas necessidades de comodidade e conforto.

A partir da experiência de atuação em uma organização que pretende desenvolver projetos de impacto para tornar possível um mundo melhor para pessoas, planeta e economia através do desenvolvimento, por meio do qual iremos alcançar a paz, pude perceber como o desenvolvimento sustentável se apresenta na prática e na teoria, através da análise dos documentos que guiam a ação para um futuro melhor em 2030. Esse percurso de pesquisa me leva a concluir que o DS tem como questão estruturante e transversal o tempo, um tempo que está por vir em uma perspectiva linear, que é vendido com prazo de entrega para 2030, no qual seguimos um caminho repleto de placas de publicidades com selos de folhas verdes, que afirmam que nossas escolhas individuais e voluntárias salvarão o planeta. Vende-se uma vida sustentável, sem plástico - ou com a reciclagem - e prática, mas que perpetua modos de vida que são parte do problema socioambiental.

Isso me levou a uma maior clareza de que o discurso e práticas proposto pelo DS convergem na noção de tempo, com uma presença muito forte da ideia de futuro, um futuro comum, que abriga dentro de si noções muito particulares de natureza e de caminho a ser percorrido que se pretende universal, onde ninguém pode ser deixado para trás, mesmo que este anule, ou prefira não enxergar, outras formas de vida e de expressão de humanidade.

Em um primeiro momento a agenda pode parecer uma ótima alternativa às crises múltiplas que estamos enfrentando, no entanto, com um olhar mais atento foi

possível perceber, e foi o que busquei demonstrar com este trabalho, que essa forma de conceber a vida e o futuro deixa de fora, propositalmente ou etnocentricamente, uma multiplicidade de outras formas de perceber a realidade e estar na terra, e conseqüentemente outras maneiras de conceber o futuro. Ao traçar um caminho comum que todos devem seguir para chegar em um mesmo ponto, é viável supor que se legitima um etnocídio, ao destruir, ou não incluir, modos de vida e futuros não lineares no futuro da humanidade e do planeta. Pois se essas outras ontologias não estão presentes nesse futuro pressupõe-se que precisam sair da frente do caminho para que a humanidade possa seguir sua romaria que salvará o planeta até 2030.

Dessa forma, esta pesquisa tem como contribuição lançar um olhar antropológico, baseado em literaturas que abordam o desenvolvimento e a dicotomia natureza-cultura, ao Desenvolvimento Sustentável, esse mantra de futuro tão caro à sociedade contemporânea. E, com isso, abarcar perspectivas e formas de vida outras que vêm sendo ignoradas ao se agir e pensar o DS.

Ao me aproximar do fim do tempo proposto para a realização da presente investigação, me dei conta que o elefante branco na minha sala de pesquisa era, além da dicotomia natureza-cultura, a noção de futuro. Algo que ao reler meu trabalho percebo que sempre esteve ali mas que teve luz para mim apenas quando toda a gama de informações adquiridas se assentou. O que abre oportunidade para próximas reflexões, incômodos e pesquisas acerca de diferentes maneiras de pensar, ou impor, o futuro, e como estas interferem no agir presente de diferentes grupos. Essa multiplicidade imagética e cosmológica de ação e idealização abre um amplo espaço para a antropologia, pois não existe um só caminho, nem um só futuro comum.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadoria**. Companhia das Letras, v. 3, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Era Dos Direitos**. Elsevier Brasil, 2004.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova**, São Paulo, v. 93, p. 33-60, 2014.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. Nosso Futuro Comum: Relatório Brundtland. **United Nations**, 1987.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

CARVALHO, Pedro Sérgio Landim de; MESQUITA, Pedro Paulo Dias; ROCIO, Marco Aurélio Ramalho. A rota metalúrgica de produção de silício grau solar: uma oportunidade para a indústria brasileira?. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, v. 40, p. 205-233, 2014.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Desenvolvimento econômico e reenvolvimento cosmopolítico: da necessidade extensiva à suficiência intensiva. **Sopro**, Rio de Janeiro, v. 51, p. 3-10, 2011.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O nativo relativo. **Mana**, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

CASTRO, Eduardo Viveiros de; DANOWSKI, Déborah. **duardo Viveiros de. Há Mundo por Vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. São Paulo: Cultura e Barbárie, 2013. 176 p

CRISTALDO, Rômulo Carvalho; SENNA, Juliana Rodrigues de ; MATOS, Lara Sousa. As narrativas fundamentais do mito do desenvolvimento econômico e o neodesenvolvimentismo brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, p. 527-553, 2018.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues. **Boletim do Museu Nacional: Antropologia**, n. 27, p. 1-12, 1978.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, v. 1, 1995.

D'ALISA, Giacomo (Org.); DEMARIA, Federico (Org.); KALLIS, Giorgos (Org.). **Decrescimento: vocabulário para um novo mundo**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. 312 p.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. São Paulo: Martins Fontes, 1996,p. 67-70.

DESCOLA, Philippe. **Más allá de naturaleza y cultura**. 1 ed. Espanha: Amorrortu Editores, 2012.

DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas**. 1 ed. Editora 34, 2016.

- DUMONT, Louis. **O individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna.** Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- ELLIS, Carolyn; BOCHNER, Arthur. Autoethnography, personal narrative, reflexivity. In: DENZIN, Norman. K.; LINCOLN (Org), Yvonna. S. (Org). **Handbook of Qualitative Research.** Thousand Oaks: Sage Publications, 2000. p. 733-768.
- ELLIS, Carolyn. **The Ethnographic I: A Methodological Novel About Autoethnography.** Walnut Creek: AltaMira Press, 2003.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.
- ESCOBAR, Arturo. **El final del salvaje: Naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea.** Santafé de Bogotá: CEREC / ICAN, 1999.
- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento.** 1 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- FONSECA, Claudia Lee W. **Antropologia e Cidadania em Múltiplos Planos.** 2006.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara.1989.
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **La Ley de la Entropía y. el proceso económico.** Visor Libros, 1996.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Biocivilização. In: KOTHARI, Ashish *et al.* **Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento.** 1 ed. Editora Elefante, 2022.
- HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- INGOLD, Tim. **Estar vivo: Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição.** São Paulo: Editora Vozes, 2015.
- INGOLD, Tim. **O dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 21, n. 44, p. 21-36, jul-dez. 2015.
- INGOLD, Tim. **Antropologia: Para que serve?** São Paulo: Editora Vozes, 2019
- INGOLD, Tim. **Antropologia e/como educação.** São Paulo: Editora Vozes, 2020.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.** 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KOTHARI, Ashish *et al.* **Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento.** 1 ed. Editora Elefante, 2022.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- KROEBER, Alfred L. **A natureza da Cultura.** Lisboa: Edições 70, 1952.
- LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno.** São Paulo: Editora WMF. Martins Fontes, 2009.
- LATOUCHE, Serge. Existirá uma vida após o desenvolvimento?. **Estudos de Sociologia,** Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 16, n. 2, p. 217-230, 2010.

LATOURE, Bruno. **Cara a cara con el planeta: Una nueva mirada sobre el cambio climático alejada de las posiciones apocalípticas**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Para onde vai a educação ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 7, n. 14, 2012.

LEBOW, Victor. **Price competition**. Journal of Retailing. XXXI(I). 1955

MALINOWSKI, Bronisław. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAUSS, Marcel; HUBERT, Henri, **Essai sur la nature et la fonction du sacrifice**. Année sociologique, n. 2, 1899.

McDONOUGH, William; BRAUNGART, Michael. **Cradle to Cradle: Remaking the Way We Make Things**. North Point Press, 2002.

MEADOWS, Donella H. *et al.* **Limites do Crescimento: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

MOREIRA, Eduardo. **Economia do desejo: a farsa da tese neoliberal**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2020.

NINIS, Alessandra Borton. **Complexidade, manipulação genética e biocapitalismo: compreensão das interações da engenharia genética na sociedade de risco**. 2011 Tese (Desenvolvimento Sustentável) - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo**. 2. ed. São Paulo: Editora USP, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova York: ONU, 2015.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa-ação**. Estudios sobre las Culturas Contemporáneas, v. 23, n. 3, Universidad de Colima, México, 2017.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade Ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

ROCHA, Everardo. **Representações do consumo. Estudos sobre a narrativa publicitária**. PUC Rio – Mauad, 2006.

SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento**. 1 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios, **PLURAL, Revista do Programa de Pós -Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 24.1, p. 214-241, 2017.

SHOVE, Elizabeth. **Comfort, Cleanliness and Convenience: The Social Organization of Normality (New Technologies / New Cultures)**. Berg Publishers, 2003

TRIANA, Yago Quiñones. **A sociedade exponencial: ensaio sobre o fim da humanidade**. 1 ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2021.

TSING, Anna Lowenhaupt. **O antropoceno mais que humano**. Ilha Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 176-191, 2021.

ULGIATI, Sergio. Entropia. *In*: D'ALISA, Giacomo (Org.); DEMARIA, Federico (Org.); KALLIS, Giorgos (Org.). **Decrescimento: vocabulário para um novo mundo**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. p. 137-140.